



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/3/2013

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Alencar da Silveira Jr. e Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a regulamentação da Lei nº 20.549, de 2012, que dispõe sobre os queijos artesanais do Estado. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.779/2013 (Deputado Fabiano Tolentino) e 3.823/2013 (Deputado Inácio Franco). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Edmar Guariento Gadelha, Subsecretário de Agricultura Familiar; Thales Almeida Fernandes, Diretor Técnico do IMA, representando o Sr. Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral desse órgão; Wallisson Fonseca Lara, analista de agronegócios, representando o Sr. Roberto Simões, Presidente da Faemg; João Carlos Leite, Presidente da Associação dos Produtores do Queijo Canastra; Jorge Brandão Simões, Presidente da Associação dos Produtores Artesanais de Queijo Serro; Aluísio Eustáquio de Freitas Marques, consultor da ONG SertãoBras; Elio Luiz dos Reis, Vereador da Câmara Municipal de Serra do Salitre; Marco Túlio Borgatti, Gerente Técnico da Ocemg, e Albany Árcega, Coordenador Técnico Estadual do Programa Queijo Minas Artesanal, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, na qualidade de um dos autores do requerimento que suscitou a reunião, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra ao Deputado Fabiano Tolentino, também autor do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A Presidência deixa de apreciar os Projetos de Lei nºs 3.550 e 3.662/2012 e o Requerimento nº 4.397/2013 por falta de quórum regimental. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2013.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Fabiano Tolentino - Romel Anizio.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2013**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.525/2011, do Deputado Marques Abreu, que dispõe sobre o funcionamento das instituições asilares privadas. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.826/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo financeiro às pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, para os fins que menciona. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que confere ao Município de Itabira o título de Capital Estadual do Tropicismo. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.631/2011, do Deputado Arlen Santiago, que altera dispositivos da Lei nº 15.975, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta, e pela rejeição dos Substitutivos nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2, da Comissão de Cultura.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.252/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.467, de 13/1/2005, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.803/2013, do Governador do Estado, que autoriza a Junta Comercial do Estado a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.812/2013, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.648, de 5/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.815/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a



Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 9/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.436/2013, da Deputada Liza Prado, 4.437/2013, do Deputado Gustavo Valadares, 4.461/2013, da Deputada Liza Prado, e 4.472/2013, do Deputado Cabo Júlio.

Discussão, com a presença de convidados, sobre o aumento do número de casos de violência em veículos de transporte intermunicipal e interestadual em Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 409/2011, do Deputado Fred Costa e da Deputada Liza Prado; 2.092/2011, do Deputado Fred Costa; 2.439/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz; 3.111/2012, da Deputada Liza Prado; 3.124/2012, do Deputado Duarte Bechir; 3.611/2012, da Deputada Maria Tereza Lara; 3.616/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.621/2012, do Deputado Doutor Wilson Batista; e 3.720/2013, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.838/2013, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.875/2013, do Governador do Estado; 3.880/2013, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.881/2013, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.886/2013, do Deputado Gilberto Abramo; e 3.898/2013, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.767/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Audiência pública, com a presença de convidados, para balanço do andamento das obras de despoluição e revitalização da Lagoa da Pampulha.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate sobre o segmento da indústria têxtil e de confecção no Estado de Minas Gerais, em especial a adoção de medidas que visem a proteção e o aumento da competitividade do setor e discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.393/2012, da Deputada Ana Maria Resende, e 3.843/2013, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.441/2013, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para continuação do debate sobre a situação das obras do aeroporto de Confins.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 9/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos n.ºs 4.403 e 4.404/2013, do Deputado Fábio Cherem; 4.464/2013, da Deputada Luzia Ferreira; e 4.467, 4.469, 4.470 e 4.471/2013, do Deputado Ivair Nogueira.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 9/4/2013**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimento n.º 4.435/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 10/4/2013**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projeto de Lei n.º 3.395/2012, da Deputada Ana Maria Resende.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimento n.º 4.462/2013, da Deputada Liza Prado.
Discussão do caso do jovem universitário da comunidade religiosa Sirks que foi impedido de fazer vestibular na UFMG pelo uso de turbante característico dessa comunidade, e debate sobre a questão da tolerância religiosa como fator de garantia de direitos.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/4/2013**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 9/4/2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei n.ºs 1.631/2011, do Deputado Arlen Santiago, que altera dispositivos da Lei n.º 15.975, de 12/1/2006, 2.525/2011, do Deputado Marques Abreu, que dispõe sobre o funcionamento das instituições asilares privadas, 2.573/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que confere ao Município de Itabira o título de Capital Estadual do Tropeirismo, 3.252/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei n.º 15.467, de 13/1/2005 e dá outras providências, 3.803/2013, do Governador do Estado, que autoriza a Junta Comercial do Estado a alienar os imóveis que especifica, 3.812/2013, do Governador do Estado, que altera a Lei n.º 16.648, de 5/1/2007, 3.813/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica, 3.814/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica, 3.815/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira de Minas o imóvel que especifica, 3.816/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que



específica, 3.817/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica, 3.818/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica, 3.819/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica, e 3.826/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo financeiro às pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, para os fins que menciona; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de abril de 2013.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2013, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o turno único das Mensagens nºs 353, 354 e 355/2013, do Governador do Estado, de discutir e votar os pareceres para o 1º turno sobre a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 34/2013, e sobre os Projetos de Lei nºs 3.625/2012, do Governador do Estado, 3.270/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, e 3.878/2013, do Tribunal de Justiça, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Resolução nºs 3.856 a 3.865/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2013.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2013

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Romel Anízio, Cabo Júlio e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2013, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2013.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Indicação do Nome de Mônica Maria Teixeira Coelho para o Cargo de Ouvidora-Geral Adjunta do Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cabo Júlio, Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Henrique e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2013, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2013.

Deputado Romel Anízio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Almir Paraca, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2013, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de arguir publicamente o Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, indicado pelo Governador para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas, apreciar a matéria constante da pauta e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2013.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Zuleika Stela Chiacchio Torquetti para o Cargo de Presidente da Feam

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Humberto Carneiro, Almir Paraca, Lafayette de Andrada, Rômulo Veneroso e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2013, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2013.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente "ad hoc".



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 50/2013

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Cabo Júlio, Durval Ângelo e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2013, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2013.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2012

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Adalever Lopes, Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2013, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2012, dos Deputados Antônio Carlos Arantes, João Vítor Xavier e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2013.

Rômulo Viegas, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 12/4/2013, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir violações de direitos humanos dos servidores do Poder Judiciário decorrentes das condições degradantes de trabalho, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2013.

Durval Ângelo, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/4/2013

O Deputado Antonio Lerin* - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionários do Judiciário mineiro, os quais parabeno pela presença e pela luta. Estivemos reunidos em Uberaba, onde reiteramos as reivindicações feitas por vocês - temos lá mais de uma centena de amigos servidores, que estão juntos nessa luta do Sindicato - ao Deputado Gustavo Corrêa, Presidente da Comissão. Estamos fazendo a nossa parte, atender às reivindicações de vocês, mas nem tudo depende apenas de um Deputado, depende do conjunto. Temos de ter serenidade, buscar o diálogo e o entendimento à exaustão. O que não pode acontecer é a Justiça de Minas ficar prejudicada. Vocês merecem e têm o direito democrático de reivindicar melhoria salarial. Parabéns por estarem lutando e defendendo os seus direitos.

A minha fala hoje, Srs. Deputados, é mais sobre o reconhecimento pelo trabalho que o governo de Minas está realizando por meio de uma grande iniciativa, o projeto Caminhos de Minas, que tem beneficiado e muito a nossa região do Triângulo. Já temos uma pré-agenda com o Governador Anastasia, que visitará, com outras lideranças, a nossa Uberaba, dia 2 de maio, quando estaremos com o governo e a Assembleia Legislativa assinando a ordem de serviço da duplicação da MG-427, com investimentos de cerca de R\$17.700.000,00, ligando Uberaba a Conceição das Alagoas, trevo com maior índice de acidentes nessa rodovia. Então, a partir de 2 de maio se estará iniciando a duplicação dessa rodovia.

Nessa mesma rodovia há um problema lamentável, o trevo da chegada de Conceição das Alagoas, tristemente denominado Trevo da Morte. Isso precisa ser resolvido imediatamente construindo-se ali uma variante. Esperamos que no dia 2 de maio o Governador Anastasia também atenda ao nosso pedido.

Temos também outra demanda prontamente atendida, a ligação de Uberaba por meio de Capelinha do Barreiro até Conceição das Alagoas. São mais R\$34.000.000,00 de investimentos na nossa região. Depois de 30 anos, o governo quebra mais um tabu da ligação da BR-452 à BR-262, perfazendo mais 24km, ligando o Município de Perdizes à BR-262, entre Perdizinha e o Município de Sacramento.

Temos ainda outras reivindicações que estão sendo atendidas, a ligação de Frutal a Pirajuba. Faltam menos de 50m para se terminar a ligação de Pirajuba a Planura, que atenderá uma grande demanda por meio das PPPs, que o governo de Minas vem fazendo com muito brilhantismo. Então, Srs. Deputados, ficamos felizes em ver as reivindicações da população do Triângulo serem atendidas pelo governo de Minas Gerais. Serão investidos mais de R\$100.000.000,00. Não podemos deixar de ressaltar também a importância dos



10km ligando Iraí de Minas ao Município de Romaria, também um tabu que vem sendo quebrado pelo governo de Minas Gerais. Quero falar da nossa satisfação, ao ver as reivindicações deste Deputado e de outros nobres parlamentares serem atendidas pelo governo de Minas.

Sabemos que são muitas as reivindicações, e nem todas são atendidas da noite para o dia, mas precisamos reconhecer a importância dessas ligações entre os Municípios mineiros. Realmente, ficamos entusiasmados, ao ver um trabalho reconhecido. Na audiência em que estivemos com o Governador, na última semana, ele nos garantiu sua presença na inauguração de mais uma feira da ExpoZebu na nossa cidade, no próximo dia 3. Portanto, ele estará em Uberaba no dia 2, assinando convênios e liberando serviços. Participará também da abertura da exposição internacional de gado zebu que é realizada no Município de Uberaba. O Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, também já confirmou presença na nossa cidade, assim como muitas outras autoridades. O Deputado Gustavo Corrêa esteve presente na prestação de contas e, acredito, estará presente conosco também. Falando no Deputado Gustavo Corrêa, me vem uma lembrança: o sindicato dos servidores da Justiça está esperando o posicionamento da Comissão.

Gostaria de falar, Deputado Dinis Pinheiro, da nossa alegria em receber a Assembleia para fazer a sua prestação de contas. Senti orgulho, ao ver participando dessa prestação, na minha cidade, 18 Municípios representados por Vereadores, Prefeitos, Secretários e lideranças da região. Quero, publicamente, reconhecer a importância da prestação de contas da Assembleia Legislativa percorrendo todas as regiões de Minas Gerais, levando informação, mostrando o trabalho dos Deputados à população dos 853 Municípios que formam o nosso Estado.

Grandes assuntos foram debatidos, como a questão da segurança pública, a implantação do Olho Vivo, a liberação de mais 1.600 novos veículos para atender a segurança pública do Estado, a construção da Aisp rural. Ela será pioneira em Minas Gerais e vai unir Polícia Civil e Militar para atender ao setor rural da nossa região. Por ser a primeira Aisp a ser construída, espero que sirva de exemplo para o restante do nosso Estado. É triste ter um amigo que reside no campo, que gera o alimento do nosso dia a dia, desarmado. Hoje, os próprios bandidos fazem a denúncia à segurança pública, informando que, em determinada fazenda, o caseiro ou o proprietário possui uma arma de fogo. A polícia vai lá e faz a apreensão. E o que acontece na semana seguinte? Os próprios bandidos vão lá roubar nossos trabalhadores do campo. Temos que rever a questão da lei de segurança. Não podemos deixar o homem do campo desamparado. Ou ampliamos a nossa segurança pública a fim de atender a toda a zona rural ou modificamos o artigo para atender os pequenos trabalhadores, o pequeno produtor rural. Eles têm de ser valorizados e reconhecidos dentro do nosso Estado.

Fica aqui um apelo para que possamos levar mais segurança aos pequenos produtores. É para isso, Deputado, que temos de trabalhar. Sabemos a importância da segurança pública. Precisamos, sim, investir na implantação do Olho Vivo, criar mais unidades de atendimento, mas não podemos esquecer o pequeno produtor que está no campo sem segurança, produzindo o alimento para nossos filhos.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Deputado Lerin, como sempre, V. Exa. aborda temas extremamente relevantes para o nosso país, para Minas Gerais, principalmente para sua querida Uberaba.

Estamos vendo que as leis e os decretos criados, principalmente os do Palácio em Brasília, acabam, caro amigo Lerin, criando grandes distorções. Por que hoje matam um taxista? Por que fizeram o Estatuto do Desarmamento no Brasil, que desarmou as pessoas de bem. O País devia dar um jeito de controlar as nossas fronteiras, acabar com o contrabando de armas e tirá-las das mãos dos bandidos. O bandido pode chegar no pequeno produtor, que está lá na sua fazendinha, no cantinho de Uberaba, pois tem a certeza de que ele não estará armado. Esse produtor não pode defender a si próprio e à sua família. Algumas pessoas que moram em apartamentos em Brasília, São Paulo ou no Rio de Janeiro, decidiram que deveria ser dessa maneira, mas não entendem, não sabem como é o sofrimento do pequeno agricultor da zona rural, que põe comida na nossa mesa.

Muito obrigado e parabéns por trazer tantos temas importantes, Deputado Antonio Lerin.

O Deputado Antonio Lerin* - Obrigado, nobre Deputado Arlen Santiago por sua participação. Falando em segurança pública, uma das coisas que mais assustam a população... Aquele que viaja de avião está mais tranquilo, mas o que depende de ônibus coloca sua mala no bagageiro e não sabe, primeiro, se chegará ao destino com vida e, depois, com sua bagagem.

O número de assaltos que vêm ocorrendo nos ônibus é enorme, nas rodovias federais, na BR-262, na BR-050, nas rodovias que fazem as ligações entre Uberlândia e Araxá; Uberaba, Goiânia e Brasília; e Uberaba, São Paulo e Belo Horizonte; enfim, nas rodovias federais que circulam no entorno de Uberaba e região. Realmente não dá mais para sustentar essa situação. Todo dia, a imprensa anuncia um assalto. Então gostaríamos de pedir ao nobre Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, que chame a direção do DNIT e da Polícia Rodoviária Federal a esta Casa, a fim de fazermos uma mobilização para dar mais segurança aos usuários do transporte rodoviário do nosso Estado.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Lerin. V. Exa. toca num ponto que preocupa a todos nós: a segurança nos ônibus interestaduais e intermunicipais. A Comissão de Segurança Pública da Assembleia realizará uma audiência pública com a presença de todos. Aliás, o Dr. Jeferson Botelho, Superintendente-Geral da Polícia Civil, apresentará uma proposta, uma sugestão de legislação, para trazer mais segurança a essas viagens.

É importante dizer também que acontecerá, no dia 29 de abril, no Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, o Fórum Nacional de Comissões de Segurança Pública, com a presença do Cardozo, Ministro da Justiça, que apresentará uma proposta de todos os Estados próximos à fronteira do Mato Grosso do Sul para que tenhamos o aumento do efetivo do Exército na fronteiras. É justamente aí que há a entrada de drogas, armas e, agora - pasmem! -, as bananas de dinamite em nosso país.

Portanto a Comissão de Segurança Pública compartilha sua preocupação, Deputado Lerin. Com a presença dessas autoridades e da Polícia Federal nesta Casa, discutiremos o assunto para melhorar a identificação dos que utilizam os ônibus interestaduais e intermunicipais. Quero convidá-lo para nos acompanhar, V. Exa. que sempre se preocupou com a segurança, especialmente no Triângulo. A Assembleia Legislativa realizará as audiências públicas da Divisa Segura. Em Iturama estarão presentes o Comando das polícias do Mato Grosso do Sul, de Goiás e de São Paulo. Eu e o Líder, Deputado Romel Anízio, convidamos todos a comparecer às audiências, a fim de discutirmos o assunto com o Comando das polícias de outros Estados e os representantes das Comissões de



Segurança Pública de outras Assembleias. E pretendemos melhorar a discussão com a presença do Deputado Vanderlei Miranda, Presidente da Comissão de Combate de Crack.

São várias coisas que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais está realizando, as quais sei que V. Exa. apoia. Muito obrigado.

O Deputado Antonio Lerin* - Obrigado, nobre Deputado João Leite, por suas observações. Tenho a certeza de que a Comissão de Segurança Pública dará sua contribuição para minimizar o sofrimento das pessoas que utilizam o transporte rodoviário interestadual e intermunicipal, especialmente na região do Triângulo.

Meu tempo já se esgotou, mas tenho vários outros assuntos a tratar, mas, respeitando o tempo regimental, os deixarei para a próxima reunião. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elismar Prado - Boa tarde. Antes de iniciar meu pronunciamento, cumprimento os servidores do Judiciário de Minas Gerais de primeira instância, o Serjsumig, que estão nessa luta pela dignidade. O movimento está muito forte por melhores condições de trabalho e de vida. Apesar de todas as pressões que estão sofrendo por parte do TJMG e da Corregedoria, quero prestar nossa solidariedade a esse movimento, porque a dignidade e melhores condições necessárias aos trabalhadores do Judiciário vão refletir na melhora da qualidade do atendimento à população. Quero deixar o meu apoio, a minha solidariedade em todas as lutas e reivindicações e na pauta legislativa que vocês defendem nesta Casa. Sabemos que há várias matérias paradas, mas que precisam ser consideradas prioritárias para aprovação e para que vocês possam resgatar a dignidade que merecem. Parabéns. Quero deixar aqui o nosso apoio.

Quero, novamente, tocar no tema do terceiro ciclo de revisão tarifária da Cemig. Insistentemente usamos desta tribuna para denunciar as altas tarifas cobradas não só pela Cemig, mas também pela Copasa. A população de Minas sofre muito com o descaso da Copasa, com as altas tarifas de água e com serviços não realizados. Cobram uma tarifa muito alta pela água, recentemente estivemos em Montes Claros com o Vereador Fábio Neves e assinamos uma representação ao Ministério Público denunciando o descaso com a população, que é a realidade de grande parte do Estado. Cobranças indevidas e abuso sofrido pela população em relação à Copasa.

Temos informações atualizadas sobre a revisão tarifária da Cemig. Todos acompanharam a nossa luta quando denunciemos na audiência pública que a Aneel realizou em Belo Horizonte. A revisão é feita de cinco em cinco anos, a segunda foi feita em 2008 e a terceira agora. A Presidenta Dilma, no início deste ano, antecipou a informação de que iria reduzir os custos da energia elétrica em todo o País. Ela enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 579, que dispõe sobre a redução das tarifas de energia elétrica em todo o Brasil. Em média, cerca de 20% para as residências e 30% para as indústrias, consumidores de alta tensão.

Nesse processo, denunciemos que a Cemig, nossa distribuidora, ficou fora da proposta apresentada pela Presidenta Dilma. Ela não quis inserir três grandes usinas nesse processo, o que na verdade acarretaria a manutenção das altas tarifas abusivas aqui em Minas Gerais. Houve um grande enfrentamento. O Deputado Federal Weliton Prado foi líder desse processo, membro da comissão mista que tratou da MP nº 579. Conseguimos vencer essa batalha e aprovar o relatório. A Presidenta Dilma fez a sanção. Já é lei. As tarifas estão chegando mais baratas aos consumidores de baixa tensão. Aqui em Minas Gerais, o índice é de 18% para residências e até de 32% para os consumidores de alta tensão, que são as indústrias e os grandes comércios. Essa redução é significativa, é importante.

No entanto, menos de uma semana depois do anúncio da Presidenta Dilma, a Cemig entrou com pedido de reajuste junto à Aneel, agência reguladora do setor elétrico, solicitando reajuste para os consumidores residenciais de pouco mais de 11%, o que é um absurdo, até mesmo na contramão de tudo aquilo que a Presidenta Dilma anunciou, de toda a nossa luta para reduzir o custo Brasil para gerar emprego e renda, para enfrentar a crise com redução da tarifa de energia.

Tramitou na Aneel esse pedido de reajuste da Cemig de 11%. Iniciamos toda uma luta, toda uma mobilização no Estado. A Aneel, nesse processo, abriu uma consulta pública, por meio da qual toda a população, todas as entidades se manifestaram apresentando contribuições. Apresentamos também nossas contribuições técnicas, a partir de nosso mandato, e fizemos um grande enfrentamento na audiência pública realizada aqui em Belo Horizonte. Conseguimos, para nossa felicidade, comprovar uma série de erros e distorções nas planilhas, nas informações, nos dados apresentados pela Cemig, que constavam no texto do relator, no 3º Ciclo de Redução Tarifária.

Houve muita pressão, comprovamos irregularidades. Além disso, houve um fator muito importante: a Presidenta Dilma determinou que os custos que as distribuidoras teriam e têm com o acionamento das termelétricas não poderiam ser repassados aos consumidores. Após essa determinação, conseguimos deixar de fora esses custos. A Cemig, ao acionar as termelétricas, queria repassar todos os custos aos consumidores. Isso ficou de fora.

Temos nova expectativa, agora que já foi anunciada, mas que não é oficial ainda. Teremos uma audiência pública em Brasília, que oficializará tudo. Conseguiremos impedir esse pedido de reajuste da Cemig de 11%, que deve ficar em torno de 2%. A Aneel já antecipou sua posição de recuar nesse processo. Isso é importante e representa mais uma vitória para nossos consumidores, o que mostra que a luta, que todo o enfrentamento que fizemos valeu a pena.

Só para que tenham uma ideia acerca da manipulação das informações apresentadas pela Cemig, o que é muito grave e muito sério, informo que a empresa apresentou no processo, de 2007 a 2012, ou seja, de cinco anos, um investimento de R\$8.900.000.000,00. Isso constava em sua planilha. Dizia que eram investimentos incrementais, realizados e que deveriam ser ressarcidos. Na verdade, ficou comprovado que não eram R\$8.900.000.000,00, mas apenas R\$4.000.000.000,00, menos da metade do que havia sido informado, ou seja, a Cemig, ao longo do processo de 2007 até hoje, estava todo o tempo manipulando as informações, os dados, que estão totalmente distorcidos e diferentes daqueles que foram informados no decorrer do processo. Ela tentava, com isso, justificar o aumento de 11% na tarifa, que é incabível. Já ficou comprovado que o que a Cemig arrecada com a cobrança das tarifas é muito superior ao necessário para se fazer os investimentos que ela alega fazer. Conseguimos comprovar isso.

O próprio lucro da Cemig comprova isso também. Em 2011 ela obteve um lucro de R\$2.400.000.000,00.



Em 2012, fechou com mais de R\$4.270.000.000,00. Isso dá mais de 76% de aumento na sua lucratividade, o que demonstra realmente que a Cemig maquia suas informações.

Temos aqui alguns pontos que demonstram inconsistência nessas informações repassadas pela Cemig: a proposta do relator apontava incrementos aproximadamente de 51% do ativo, em serviço bruto. A estimativa correta deveria ser de, no máximo, 17%, e a Cemig apresentava 51%.

Em relação aos altos produtores, estima-se que as distorções possam reduzir em até R\$167.000.000,00 a receita verificada.

Outra questão importante se refere aos custos operacionais: informa-se que os consumidores pagam tarifas adicionais de R\$148.000.000,00 em custos que não são aplicados nas operações do serviço de distribuição. Ou seja, eles não são aplicados para a manutenção de todo o sistema elétrico no Estado, mas esse valor é convertido diretamente em remuneração de capital, na remuneração dos dividendos dos acionistas da Cemig. Dobrou-se de 25% para 50% o repasse de dividendos aos acionistas.

Um outro ponto importante foi contestado. Conseguimos comprovar também um erro da Cemig e a distorção do superfaturamento nesse processo. No relatório estava escrito que o valor de R\$427.000.000,00 para encargos de serviços de sistema - ESS – se referia à terceira revisão tarifária da Cemig. Ou seja, a Cemig alegava para esses encargos R\$427.000.000,00, sendo o valor correto R\$173.000.000,00. Isso significa o incremento de 148% além desse custo. Realmente, esse fato demonstra todo o abuso praticado pela Cemig. Ela demonstra que persegue de maneira desenfreada o lucro acima de tudo, e não a melhora da qualidade de seu serviço.

Foi realizada uma pesquisa com os consumidores de Minas Gerais, e concluiu-se que a Cemig é uma das piores concessionárias da Região Sudeste, em razão dos apagões, das constantes perdas e prejuízos do homem do campo e da cidade e das interrupções no serviço de energia elétrica.

Esse excedente, esse dinheiro arrecadado a mais, às custas do sacrifício dos nossos consumidores, deveria ser usado para a redução da tarifa, para a modicidade tarifária e para a melhora da qualidade de serviço, como também para a manutenção das redes.

Já denunciemos diversas vezes os acidentes fatais não só com os trabalhadores da Cemig. Observamos que, em média, há um acidente fatal, uma morte a cada 45 dias, em decorrência da precarização, da falta de condições de trabalho para os terceirizados. São questionamentos apresentados pelo Sindieletrô. Realmente, isso é muito grave. A população sofre com essa situação, e há muitos acidentes fatais. Lamentavelmente, sempre lembramos a tragédia de Bandeira do Sul. Foram 16 mortes. Culparam a serpentina, mas, na verdade, não falaram que a nossa rede elétrica deveria ter um sistema de proteção para situações como aquela. As redes elétricas são totalmente precárias. Temos linhas com mais de 30 anos que estão sem manutenção. Isso é muito grave porque se trata de um serviço essencial e não de mera mercadoria.

Quero concluir dizendo que foi uma vitória importante esse recuo da Aneel em relação ao pedido de reajuste da Cemig. Com isso, vamos manter praticamente a proposta inicial de redução de 18% na tarifa de energia elétrica. Os consumidores já estão conferindo as contas que chegam, e, realmente, elas chegam com a redução de 18%. As contas das indústrias apresentam mais de 30% de desconto. Esperamos manter esse percentual com o atual recuo.

Esperamos manter essa redução, pois conseguimos comprovar a manipulação, as distorções e os erros em todas as informações apresentadas pela Cemig à diretoria da Aneel. Ela superfaturou os números e maquiou a sua planilha na tentativa de repassar essa conta aos nossos consumidores. Isso é lamentável. Esperamos que a Cemig respeite os nossos consumidores e retire o seu pedido de reconsideração.

A Cemig está entrando com um recurso, com um pedido de reconsideração. Portanto, na próxima audiência pública, que ocorrerá em breve em Brasília - e a decisão deve sair oficialmente, no máximo, até o dia 8 de abril -, a Cemig fará seu pedido de reconsideração, e vamos contestá-lo. Vamos contestá-lo porque, na verdade, trata-se de um abuso, uma injustiça, e precisamos fazer valer o direito dos nossos consumidores, de uma população que sofre tanto, que paga as tarifas mais caras do mundo e o ICMS mais caro do Brasil: mais de 40%. A Presidenta Dilma retirou encargos federais, reduziu impostos, mas aqui em Minas Gerais temos o imposto mais caro do Brasil, o que onera ainda mais a população.

Por fim, quero comemorar essa vitória da manutenção do benefício que reduz, em torno de 18%, a tarifa para os consumidores residenciais em Minas Gerais. Na próxima reunião em Brasília, vigiaremos, ficaremos atentos e acompanharemos de perto esse processo, fazendo o enfrentamento necessário para fazer valer o direito dos nossos consumidores, de toda a população mineira. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Duarte Bechir - Caro Deputado João Leite, que preside os trabalhos desta reunião; ilustre Secretário e vizinho do Sul de Minas, Deputado Dilzon Melo; Deputado Luiz Humberto Carneiro; nosso Líder do Governo, Deputado Bonifácio Mourão; senhoras e senhores; venho a esta tribuna, nesta tarde de terça-feira, na condição de ex-Prefeito de Campo Belo e atualmente cumprindo o mandato de Deputado, para traçar um paralelo entre as duas condições, neste momento difícil, que vivem as administrações e, claro, os Prefeitos de todo o Brasil.

Um dos principais veículos de comunicação de Minas Gerais ilustrou em suas páginas, na edição de ontem, a situação precária em que se encontram as Prefeituras de Municípios grandes e médios, que deveriam ter melhores condições. Os maiores Municípios, automaticamente e de forma regional, abrigam em suas dependências as questões relativas à saúde e educação. Na nossa Campo Belo, por exemplo, a Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo trata da saúde não somente dos campo-belenses, mas dos pacientes vindos de Aguanil, que fica a 18km; de Cristais, que fica a 40km; de Candeias, que fica a 20km; de Cana Verde, Camacho, São Francisco e Santana do Jacaré. A cidade-polo tem por característica abrigar os demais Municípios que compõem a região.

Neste encaminhamento, quero trazer a Minas Gerais a minha preocupação com o desencontro e o desacerto e com a política equivocada que atualmente faz o governo federal em relação aos Municípios.

Trouxe um material para subsidiar a nossa fala. As manchetes são as seguintes: “Prefeitos protestam contra redução de R\$20.000.000.000,00 em verbas federais e ameaçam repassar cargos com dívidas”; “a redução do IPI prejudica a arrecadação dos Municípios”. E também: “IPI menor para carro: truque não impediu baixo crescimento”. Matérias como essas deveriam merecer uma atenção maior do governo federal, que detém a política macroeconômica.



Não adianta o Município praticar a boa gestão, o Prefeito ser correto, zeloso, se a política macroeconômica o prejudica, é perversa. Automaticamente, o Município não pode dar aos municípios a condição ideal que o Prefeito sonha, quando chega ao mandato.

Deputado João Leite, trago-lhe um exemplo. Tive a oportunidade de presenciar a fala do nosso querido Senador Aécio Neves, quando acompanhava o seu avô, Presidente Tancredo, em Belém do Pará, por ocasião do Círio de Nazaré, a maior procissão do mundo. Ele perguntou: “Meu avô, o senhor tem tanto prestígio, o povo espera tanto do senhor, demonstra tanta alegria pela sua candidatura, que já é vitoriosa. Quais serão as primeiras providências que o senhor tomará no exercício efetivo da Presidência da República?”. Ele respondeu: “Meu neto, gastarei esse prestígio nos primeiros cinco ou seis meses, fazendo as reformas que o povo espera, com coragem, determinação, imparcialidade, zelo e, acima de tudo, independência”. Vimos que, no 12º ano de governo do atual partido, não foram realizadas as reformas necessárias que os brasileiros tanto esperam. Veja bem V. Exa., Deputado João Leite, que mais uma vez foi prorrogado o subsídio aos veículos automotores, ou seja, a manutenção do IPI, que permite que os veículos sejam vendidos com preço mais baixo. O lucro das empresas poderia ser cortado ou concedido de forma a não prejudicar os Municípios. Mas o que ocorre é que esse subsídio diminui o valor do carro, refletindo diretamente no Fundo de Participação dos Municípios. O IPI é um dos principais recursos que formam o FPM.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, nos dois primeiros dias da última semana, a Semana Santa, recebi um grande conjunto de Prefeitos. Na terça-feira, houve eleição na AMM, e vários Prefeitos estavam em Belo Horizonte. Muitos deles eram das regiões onde sou votado. Absolutamente todos os que estiveram em meu gabinete foram enfáticos ao afirmar que o FPM – pago três vezes por mês, dias 10, 20 e 30 - está cada dia menor. De modo geral, os primeiros meses são chamados de período das vacas gordas, pois o FPM chega gordo. Então, eles fazem caixa para suportar o segundo semestre, ocasião em que o valor do FPM é baixo. E, neste ano, nos meses de fevereiro e março, o FPM está pior que no segundo semestre do ano passado. Os Prefeitos não têm como pagar as contas.

O governo federal insiste em fazer gracinha com o chapéu alheio, pois, quando reduz o IPI para a venda de automóveis, na verdade, está retirando dinheiro dos Municípios, das Prefeituras, do próprio povo. Quem conduz todos os programas federais são os Municípios. E o governo federal retira-lhes os recursos e exige que cumpram os programas. É um verdadeiro absurdo, uma falta de planejamento e de sensibilidade.

Como disse V. Exa., o Tancredo dizia que gostaria de fazer as reformas necessárias nos primeiros seis meses. Já se passaram 12 anos, e o PT não conseguiu fazer nenhuma reforma estrutural que o País precisa. Muito obrigado, Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Endossarei as palavras de V. Exa. e depois concederei aparte ao Deputado João Leite. É importante ressaltar que as Prefeituras de todo o País passam por essa fase. Fui Prefeito em Campo Belo. Na oportunidade, com os pagamentos de dezembro, era permitido fazer uma poupança em janeiro, fevereiro, março e abril, para suportar os meses difíceis de julho, agosto, setembro, outubro e novembro, quando o FPM vai lá para baixo e os Prefeitos mal têm condições de arcar com os custos normais de manutenção da máquina administrativa e da folha salarial.

Então, quando se tira da Prefeitura, por meio de concessão de subsídios, por exemplo, o IPI do carro, a Presidenta poderia - e eu disse “poderia” -, se municipalista fosse, se responsável fosse, se tivesse uma política macro, a reforma tributária tão pronta para ser votada, no que for tirado do Município por meio da concessão de isenção do IPI, recompor a receita com a outra questão.

Portanto, não se tem uma política macro. Com isso, os Prefeitos tomam posse, a desilusão toma conta, há demissões, e as Prefeituras ficam quebradas e não podem cumprir os compromissos. Mas as pessoas não entendem que toda a culpa recai no colo do Prefeito. Na verdade, elas não têm a noção exata da responsabilidade daquele ou daquela que poderia, em parte, mudar essa história.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Duarte Bechir, acompanho atentamente sua manifestação. Sem dúvida, o Brasil passa por uma fase que merece atenção de todos. É interessante, pois ficamos imaginando que aquelas decisões tomadas em Brasília ficariam distantes de nós. Porém não é a realidade, porque elas têm impacto imediato na vida das pessoas. Como um país que abre mão de tributos, da mesma forma que o Brasil está abrindo mão do IPI neste momento - e, como V. Exa. disse, isso impacta diretamente os Municípios... Como este país pretendia, a partir de medidas como essa, ter crescimento de alguma forma com o intuito de ter a vida dos brasileiros em melhor condição? Por que as coisas estão dando errado? Vejam, o Brasil tem o pior resultado comercial desde 2001. O que está acontecendo com este país?

Hoje perguntava a um especialista por que o governo está tomando essas medidas, sendo que elas não dão certo. De alguma forma, temos uma luzinha. Qual? Ora, ao retirar dinheiro do Município, onde as pessoas moram, tira-se as condições de crescimento do País. O governo federal acha que, ao concentrar toda a renda, estará resolvendo alguma coisa. Quando ele tira dinheiro de Estados e Municípios, está tirando a possibilidade de desenvolvimento desses entes federativos. Não adianta só o governo federal ter superávit de arrecadação, se ela não é distribuída e não é compartilhada com os Municípios ou com os Estados. Não adianta guardar esse dinheiro e não promover a construção da infraestrutura tão aguardada pelo País.

Imaginem que temos 20 dias de fila de caminhões nos portos. São 20 dias de espera de um caminhão para escoar a produção dos brasileiros. Está explicado por que não crescemos, afinal não exportamos. A nossa logística, as nossas estradas e a ausência de ferrovias nos levam a essa situação, principalmente em um governo com visão ultrapassada. Trata-se de um governo ultrapassado, um governo que envelheceu rápido demais, um governo que lembra o Império. O Brasil se transformou em uma república por conta da concentração do dinheiro nas mãos de um imperador só e, com isso, as províncias carentes estão sofrendo. Parece que voltamos ao Império. A nossa rainha ou o nosso rei anterior concentram os recursos em Brasília, assim os Municípios e Estados estão penalizados e não temos desenvolvimento.

De alguma forma, esse é o resumo do que o governo federal tem feito. É um governo envelhecido, um governo atrasado.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Só 15 segundos para fazer um complemento. A falta de planejamento, a desorganização do governo federal é muito grande. Todos já sabem que a Petrobras está-se desmanchando. Agora a notícia oficial da Agência Brasil. (- Lê:) “Eletrobras teve prejuízo de 6,8 bilhões em 2012”. Ou seja, fica aqui a Oposição marretando as medidas importantes que a Cemig toma e não faz o mesmo com a Eletrobras. Resultado, a agência oficial do governo acaba de publicar:



“Eletrobras teve prejuízo de 6,8 bilhões em 2012, contra um lucro de 3 bilhões registrados no ano anterior. O resultado financeiro foi divulgado pela empresa, que informou em nota que o saldo negativo foi influenciado pela Lei nº 12.783/2013”. Esse é o governo federal que estamos vendo desmanchar o Brasil. Muito obrigado, Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Muito bem. A fala de V. Exa. vem ao encontro do que estamos também trazendo a toda Minas Gerais, na presença dos Deputados, e que especialmente queremos deixar como recado na tarde de hoje. A felicidade de ganhar uma eleição para Prefeito, o prazer de iniciar uma carreira pública nesse cargo é tão boa, hoje, até no dia da vitória. A partir do momento em que se ganha a eleição e se começa a tomar conhecimento, inicia-se a transição. É aí que o Prefeito toma conhecimento da situação dos Municípios, vai para a cadeia tomar as decisões e vê que a lei o obriga a gastar o mínimo de 25% com a educação e o mínimo de 15% com a saúde. E o governo federal, que impõe a lei, gasta 3% com saúde. Ele vê cidadão que vai ao Ministério Público recorrer com o Promotor para que a Prefeitura pague o tratamento médico. Aí sequestram o recurso da Prefeitura, mandam o Prefeito comparecer e pagar “na marra” R\$20.000,00, R\$30.000,00, R\$40.000,00, R\$50.000,00, R\$60.000,00, R\$70.000,00. E o governo federal gasta menos de 3% com a saúde. São situações com as quais não podemos e não vamos concordar.

Disse, no início da fala, quando aqui deixei o exemplo daquela memorável tarde em Belém do Pará, em que o Senador Aécio nos relatou, com o ex-Presidente Tancredo Neves, seu avô: o que falta ao governo federal é responsabilidade e o que sobra é a política do toma lá dá cá.

Na semana passada, Minas foi contemplada mais uma vez com um cargo em um dos Ministérios. Pois bem, dois anos de mandato e agora dá-se um Ministério para Minas Gerais. Não quero aqui discutir se o partido que ganhou o Ministério aceitou por bem, se não aceitou, se ficou satisfeito. O que quero dizer é que a barganha empobrece a política macro do País. Não é hora de dar Ministério para acalmar, para seduzir, para se ganhar uma eleição, enquanto o povo e os Prefeitos estão sofrendo do outro lado. Não é hora disso, a hora é de comemorarmos os avanços como comemoramos em Minas Gerais, um Estado que dá certo, que tem resultado, reconhecimento. Aí, sim; aqui se toma medida.

O Senador Aécio Neves cortou quantos cargos comissionados? Economizou para fazer Minas Gerais crescer. Enquanto isso, em Brasília, a história é diferente. Toma lá dá cá, dá-se um cargo, para ser apoiado. Essa política faz mal, mas tem solução, que está próxima de ser executada e que sai de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público aqui presente, quero saudar todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia em diversas cidades de Minas Gerais.

Chego a ficar impressionado com a capacidade que tem o Deputado Duarte Bechir, vindo a esta tribuna, assim como com os Deputados João Leite e Lafayette de Andrada, com seus apartes de querer passar a quem está assistindo uma imagem de que o Brasil está dando errado.

Acredito que o Deputado Bechir deveria descer do pedestal, bem como os Deputados João Leite e Lafayette de Andrada, que parece que ainda está dentro dos castelos da época real, pois pertence a uma família que vem do governo desde a época de Dom Pedro. O Brasil que conhecem talvez seja aquele. Estão precisando conhecer, de fato, o novo Brasil, sim.

Não são 12 anos, não, Bechir. V. Exa. está totalmente equivocado. São apenas 10 anos. Ainda faltam dois anos para concluir o governo da nossa Presidenta Dilma. V. Exa. já está adiantando a reeleição da nossa Presidenta. A eleição é só em 2014. Então, é nessa data que o Partido dos Trabalhadores completará 12 anos de governo no Brasil. Temos a imensa satisfação de comemorar este ano os 10 anos de reconstrução de um país que vocês deixaram à beira do caos, que vivia de pires na mão quando foi entregue ao Presidente Lula pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que ficou oito anos no governo sem gerar um emprego com carteira assinada. O saldo foi zero em oito anos. Mais do que isso, Deputado Bechir, a fome, a miséria, a pobreza e o desemprego imperavam naquela época. O Brasil tinha, há 10 anos, para refrescar a memória de V. Exa., um dos maiores índices de desemprego do planeta. Naquela época, o sonho dos brasileiros, Deputado Bechir, era conseguir um visto para lavar carro, lavar pratos nos Estados Unidos. Hoje quem está lá, quem foi para a Europa está voltando, pois, em 10 anos, o Brasil deixou de ser o país da miséria, da fome, da pobreza, da falta de esperança e passou a ser um país respeitado no mundo inteiro. O Presidente Lula teve a coragem de fazer o que vocês que estiveram 500 anos no poder não fizeram - distribuir renda, olhar para os brasileiros que nunca tiveram oportunidade. É por isso que, apesar de vocês berrarem aqui nesses microfones, a cada dia o índice de popularidade da nossa Presidenta Dilma só aumenta. A maior aprovação de um governo de toda a história deste país é da nossa Presidenta Dilma, a primeira mulher a presidir este país. Por isso temos muito orgulho, sim, de ter elegido o nosso Presidente Lula em 2002, o primeiro trabalhador a chegar à Presidência da República, e, agora, a nossa primeira mulher Presidente da República.

Deputado Bechir, talvez V. Exa. tenha me interpretado mal. Se vocês estão berrando ou não, se estão falando aos berros ou não... O povo brasileiro, as pessoas que estão vendo esse novo País estão pouco se lixando pela forma como vocês tentam imprimir uma imagem errada do governo da nossa Presidenta Dilma e do governo do nosso Presidente Lula, que tanto fez por este país e continua fazendo. Basta olhar os números, Deputado Bechir. Olhe o que o Brasil tinha de reservas cambiais quando Fernando Henrique entregou o Brasil a Lula. Veja quanto valia a Petrobras que o Deputado Lafayette de Andrada acabou de falar aqui. Naquela época, o valor de mercado da Petrobras era R\$15.000.000.000,00 e hoje vale R\$126.000.000.000,00, ou seja, quase 10 vezes mais. E vocês ainda têm a coragem de falar que o nosso governo quebrou a Petrobras?

Vocês, Deputado Bechir, estão sem argumentos. Precisam, pois, de um argumento.

Comecem a pensar em alternativas, em projetos novos. Vocês não têm projeto! Querem combater o governo da Presidenta Dilma sem projeto algum! Veja o que você acabou de fazer: criticou a Presidenta porque ela reduziu impostos no País, como o imposto na compra de carros. Parece que vocês não gostam de pobres e acham que só quem pode ter carro são vocês, que são ricos. A população não pode comprar um carro? Quando a Presidenta Dilma abaixa os impostos para que todos possam sonhar em ter um carro, o PSDB fica contra?



O mesmo aconteceu quando a Presidenta Dilma promoveu a redução dos impostos da energia elétrica. Teve a mesma reação o Senador Aécio Neves, que está devendo uma visita a Minas, já que, pelos dados do Senado, 70% das suas passagens pagas por aquela Casa têm como destino o Rio de Janeiro. Ou seja, ele pega os votos em Minas, mas vira Senador pelo Rio. O Senador pelo Rio de Janeiro, Aécio Neves, foi o grande defensor das hidrelétricas, contra a medida da Presidenta Dilma, que fez reduzir a conta de energia, tanto da população quanto das empresas. Aí, o que fez a Cemig, liderada por Aécio Neves? Pediu um aumento de 11% na conta de energia, majorando informações. Ou seja, mentiu para a Aneel, dizendo que tinha feito um investimento de R\$8.000.000.000,00. Mas, quando a Aneel foi aferir, o investimento não existia. Quer dizer, vocês querem burlar e retirar recursos da população mais pobre. Estou falando da Cemig, que, no ano passado, doou mais de R\$2.000.000.000,00 a seus acionistas – aliás, a seus poucos acionistas, já que, diga-se de passagem, a Andrade Gutierrez ganhou metade da Cemig de presente, por um acordo com Aécio Neves.

Aí, vocês querem aumentar a conta de luz. Estão contra a Dilma, porque ela reduziu a conta de luz. Ela não presta porque reduziu o imposto dos veículos. Esse é o discurso dos Deputados Lafayette de Andrada e Duarte Bechir. Estou com pena de vocês. Vocês têm de falar para o Aécio e o Anastasia dar-lhes outra missão nesta Casa, porque isso já está ficando ridículo, o tempo todo vocês usam esta tribuna para discursar contra o povo, para falar contra o povo. Porque criticar uma medida que beneficia toda a população, como a redução de impostos, é falar contra o povo. Mas o Deputado Duarte Bechir está contra a redução de impostos, assim como o Aécio e o Anastasia. Isso é um absurdo!

V. Exa. falou aqui, Deputado Duarte Bechir, que os Municípios estão de pires na mão, mas não é bem assim. Quando eu era Vereador em Manga, fui Presidente da Câmara Municipal e, nessa época, há 12 anos, o repasse à Câmara, que correspondia a 8% da arrecadação do Município, era de R\$15.000,00, Deputado Bonifácio Mourão. Hoje, o repasse para a Câmara de Manga, que corresponde a apenas 7% da arrecadação, é de R\$100.000,00. Isso é para que vocês vejam que, desde o governo Lula, a arrecadação dos Municípios cresceu. Temos números para mostrar isso: ela triplicou em relação ao que era no governo Fernando Henrique Cardoso. Além disso, na época eles diziam que o salário mínimo não podia subir, não podia passar de R\$100,00; diziam que, se isso acontecesse, as Prefeituras, o INSS, os comerciantes e as empresas quebrariam. Mas o Lula aumentou o salário mínimo, cujo valor, àquela época, era proibido de chegar a U\$100,00. Hoje, o salário mínimo vale U\$350,00 e isso não quebrou quem quer que seja. Pelo contrário. Naquela época, o desemprego imperava, mas hoje, comemoramos, Deputado Duarte Bechir, 22 milhões de empregos com carteira assinada no Brasil, nos últimos 10 anos. É esse o País que vocês estão dizendo que quebrou? É esse o modelo que vocês estão dizendo que está errado? Expliquem isso! Venha a esta tribuna, Deputado Duarte Bechir, defender os oito anos de Fernando Henrique Cardoso, que, graças a Deus, o Brasil esqueceu, passando um pano por cima.

Oito anos de perseguição, inclusive a Minas Gerais. Na época também tínhamos aqui o governo do PSDB, de Azeredo, quando Fernando Henrique exigiu que fosse feito um acordo da dívida que acabou de afundar Minas Gerais. Depois ele perseguiu Itamar como ninguém, igual Hitler perseguiu os judeus. Aqui foi sequestrado o FPM, foram sequestrados os recursos do Estado, foi uma perseguição nunca vista a Minas Gerais na época de FHC na Presidência da República. Parece que tudo isso foi esquecido pelos Deputados Duarte Bechir, João Leite e Lafayette de Andrada. Mas o povo não esqueceu como Fernando Henrique tratou Minas a pão e água, ao contrário dos governos da nossa Presidenta Dilma e do nosso Presidente Lula, que fazem um governo republicano. Todas as políticas do nosso governo para os Municípios são republicanas.

As creches do ProInfância são para todos os Municípios, não importa se eles são administrados pelo PSDB, DEM, PMDB ou PT. São assim as escolas técnicas, o Bolsa Família, que retirou 40 milhões de pessoas da linha da pobreza, e o ensino. Com o ProUni, Deputado Lafayette de Andrada, hoje mais de um milhão de brasileiros, filhos de trabalhadores rurais, de empregadas domésticas, de pedreiros, de carroceiros, estão na faculdade. Hoje não são só os filhos de papai, os herdeiros da coroa, Deputado Lafayette de Andrada, que podem estudar. Filho de carroceiro também pode estudar; filho de trabalhador rural também pode estudar; filho de empregada doméstica também pode estudar. Esse é o Brasil que vocês, do PSDB, não conseguem enxergar porque ainda não desceram do tapete. Saíam dos palácios, visitem o povo, olhem como está o nosso país, vão às comunidades rurais, que verão a transformação pela qual este país está passando. Uma transformação social, a agricultura familiar gerando emprego, produzindo.

O Deputado Duarte Bechir só falou uma coisa aqui que vale a pena aproveitar. Ele disse ser um absurdo haver filas e filas de caminhões nos postos. Ainda bem, Deputado Duarte Bechir, que há filas de caminhões, porque na época de Fernando Henrique Cardoso os postos viviam às moscas. Os aeroportos também, porque só os ricos podiam andar de avião. Hoje quem critica o Lula e a Dilma é uma pequena burguesia, que achava que os aeroportos eram propriedade privada deles. Hoje eles falam que está difícil andar de avião porque os aeroportos estão igual rodoviária de interior. Essa burguesia tem nojo do povo. Os aeroportos foram construídos com dinheiro público, para o povo, e hoje o povo pode andar de avião. Empregada doméstica pode andar de avião; trabalhador rural pode andar de avião; carroceiro pode andar de avião; pedreiro pode andar de avião. Esse é o País diferente, Deputado Lafayette de Andrada. Realmente não dá para comparar.

Na época de Fernando Henrique Cardoso todo o tráfego aéreo de Minas Gerais era no Aeroporto da Pampulha, e ainda havia pouca gente para viajar. O governo Lula democratizou a aviação civil no Brasil. Os voos nacionais foram transferidos para o Aeroporto de Confins, que já está pequeno, e o Aeroporto da Pampulha não está dando conta dos voos regionais. Esse é o novo Brasil.

Contra os números e os argumentos, Deputado Duarte Bechir, se formos fazer uma tabela do que era o Brasil na época de vocês e o que é hoje, vocês apanham, mas apanham de chicote, como dizem lá no interior. Não dá para comparar. Então, Deputado Duarte Bechir, não adianta ficar aqui esbravejando desta tribuna, querendo enganar as pessoas com números falsos, com números que não existem.

Portanto, conforme disse no início da minha fala, não adianta usar esta tribuna para tentar imprimir a mentira, porque contra fatos, Deputado Duarte Bechir, não há argumento. Estamos falando sobre fatos, de coisas concretas, do Brasil real, do Brasil de hoje, que é o País a que o povo brasileiro tem orgulho de pertencer. Esse é o novo Brasil.

* - Sem revisão do orador.



O Deputado João Leite - Sr. Presidente, obrigado. Lamento o pronunciamento do Deputado Paulo Guedes, pois ele ainda é do tempo em que se batia nas pessoas com chicote. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, os países abandonaram essas coisas. No entanto, infelizmente, estamos vendo que estão sendo retomadas. Fico também impressionado, Sr. Presidente, com o modo como consegue entrar na vida pessoal. O Deputado quer entrar na vida pessoal do Senador Aécio Neves e saber aonde ele vai.

Ontem fui visitar meu filho que mora em Criciúma. V. Exa. pode ver que paguei a passagem com meu dinheiro. Peguei um ônibus em Criciúma e fui até Florianópolis visitá-lo, como o Senador Aécio Neves vai visitar a filha no Rio de Janeiro. O Deputado Paulo Guedes quer entrar na vida das pessoas. Isso é costume do PT. O Ministro Palocci quebrou o sigilo bancário de um caseiro. Aliás, eles gostam de dizer carroceiro. Não se pode fazer isso, Deputado. O PT pensa que pode quebrar sigilo e entrar na vida das pessoas. Não pode, não. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, não se pode bater de chicote. V. Exa. quer bater de chicote. Não pode. Não pode quebrar sigilo das pessoas, Deputado. V. Exa. não pode entrar na vida particular do Senador e do Deputado, como Palocci fez. Imaginem, o Ministro quebrou o sigilo de um caseiro.

O Deputado gosta de dizer que este é o país das maravilhas. Os senhores já viram isso: neste país, um Ministro do PT quebrou o sigilo do caseiro, do pobre caseiro. Ele gosta de dizer que estamos nos palácios. Nasci numa vila, na Vila Oeste, em Belo Horizonte. Qualquer hora quero apresentar-lhe os meus amigos de infância com quem comecei jogando futebol. Sei o que é lutar, pôr uma chuteira debaixo do braço e, jovem, tentar a vida num clube de futebol e ficar sete meses com o salário atrasado. V. Exa. me respeite. Respeite o meu partido. Pegamos o governo com 80% de inflação na época de Fernando Collor, parceiro da Dilma e de José Sarney, que hoje é parceiro de V. Exas. Foi isso que o Presidente Itamar pegou e que o PSDB quis apoiar. No entanto, V. Exas. não apoiaram Itamar. Quando Erundina foi Ministra da Administração, foi expulsa do PT. Vamos trabalhar a história?

O Ministro do PT, que eles dizem que gosta dos pobres e visita asilos e comunidades, quebrou o sigilo do caseiro. Deputado, sabe por que não se pode quebrar o sigilo das pessoas? Porque se descobrem coisas da intimidade delas.

V. Exa. quer saber aonde o Senador Aécio Neves vai? Ele vai visitar a filha. Quer saber aonde vou? Vou a Criciúma visitar meu filho caçula. Vocês gostam de entrar na vida das pessoas. Isso é particular, é intimidade das pessoas. Esse negócio de bater de chicote, o senhor não pode, não, Deputado. O Deputado Durval Ângelo vai falar isso para o senhor. O senhor não pode bater de chicote.

Quero lembrar que não se pode quebrar sigilo. Sabem por quê? Já pensou quando se juntaram a Caixa Econômica Federal com o Ministro da Fazenda para quebrar o sigilo de um caseiro? Isso é a maior covardia que pode acontecer, e o PT fez isso. Sabem o que descobriram? Descobriram que o pai do caseiro não o aceitava e colocou dinheiro na conta dele porque ele era um menino rejeitado. O trabalhador era rejeitado pelo pai, que teve um filho fora do casamento. Vejam em que o PT se meteu. Foi enxerido demais, meteu-se na vida particular, na intimidade. Isso não pode, Deputado.

Deixe de tratar da vida particular do Senador Aécio Neves. Trata-se disso. Quer falar que o negócio da Cemig foi responsabilidade do Aécio. Quem viaja com o dinheiro da Andrade Gutierrez e da OAB é o Lula. Quem deu dinheiro para a Venezuela foi o PT, o Lula. Lamento que tenhamos entrado por esse campo. Espero que respeitemos os limites aqui. Não vamos nos calar. Vamos proteger e defender o Senador Aécio Neves, aliás não apenas ele, mas também o Francenildo, o caseiro. Espero que o PT não faça isso nunca mais. Não faça isso, PT. Deixe a vida íntima das pessoas onde deve ficar, na intimidade da família.

O Deputado Paulo Guedes* - Obrigado, Sr. Presidente. Quero esclarecer aqui, mais uma vez, que encerrei a minha fala, que usei 15 minutos dela para rebater uma série de críticas indevidas feitas pelos Deputados Duarte Bechir, João Leite e Lafayette de Andrada contra o meu partido, contra o ex-Presidente Lula e contra a nossa Presidenta Dilma. Fiz isso da forma mais adequada possível, mostrando números e mostrando a eles a realidade deste país.

Encerrei minhas palavras fazendo uma comparação com números. Disse que, se fossem comparar os números do governo Lula com os do governo Fernando Henrique, bateríamos de chicote. Isso é um ditado popular.

Na sequência, o Deputado João Leite... Esse, sim, deveria me respeitar porque eu, Deputado João Leite, cheguei a esta Casa pelo voto dos eleitores do Norte de Minas. Um voto ralado, trabalhado e dedicado. Corri atrás disso, não ganhei mandato de presente nem o herdeiro da Coroa Portuguesa, como alguns que estão neste Plenário. Estou aqui legitimamente representado por uma região que acredita neste parlamentar. Por isso, Deputado João Leite, digo-lhe que nunca usei de chicote para bater em ninguém, como V. Exa. afirmou. Aliás, gostaria que o Presidente registrasse e – como gosto de dizer – retirasse dos anais desta Casa essa expressão, porque não disse que bati de chicote em ninguém ou que estou batendo de chicote em ninguém, como quis insinuar o Deputado João Leite. O Deputado João Leite, que não está mais neste Plenário, deveria respeitar este parlamentar, que, de forma digna, representa o Norte do Estado nesta Casa.

Aproveito ainda, Sr. Presidente, para dizer ao Deputado Duarte Bechir, que falará em seguida, que até agora não entendi por que o art. 164 foi concedido ao Deputado João Leite e parece que será concedido a ele. Queria saber da equipe técnica desta Casa se contrariei o Regimento Interno, porque não fiz nenhuma agressão a nenhum dos dois. Pelo contrário, o Deputado João Leite é que me agrediu. Quando o interesse é do governo, o art. 164 é concedido na hora, basta pedir. A Oposição tem de esbravejar na tribuna para conseguir o art. 164. Então, queria que me explicassem se agrediu ou faltei com o decoro no trato aos dois parlamentares para que exigissem o art. 164.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero cumprimentar os bravos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que neste momento buscam nesta Casa o que, na essência, ela sabe fazer melhor. Infelizmente, no momento, ainda não contamos com a flexibilidade do Presidente da Comissão de Administração Pública, Deputado Gustavo Corrêa, que poderia ter marcado a audiência pública aprovada a requerimento deste Deputado e do Deputado Rogério Correia. Vamos continuar suplicando ao Deputado Gustavo Corrêa que atenda ao nosso pedido. Afinal de contas, há nove meses, aprovamos requerimento solicitando a discussão de questões que envolvem o Tribunal de Justiça. Sr. Presidente, faço esse registro e, obviamente, não descumprirei o Regimento Interno, irei me ater ao encaminhamento do veto, mas, como as galerias estão lotadas, é



bom que se registre a presença do Sindojus, do Serjusmig e do Sinjus, que estão bravamente resistindo. Aqui, continuo com a mesma recomendação e opinião: resistam, resistam e resistam; nunca abram mão da luta por seus direitos. Continuem resistindo, até porque o Tribunal de Justiça tem um projeto na pauta, e já vou avisando aos parlamentares desta Casa que teremos a oportunidade de discuti-lo por uma hora. Não vou abrir mão do tempo regimental da discussão do projeto, até que o Presidente do Tribunal de Justiça possa também, quem sabe?, flexibilizar e permitir que a Assembleia faça uma audiência pública. Parece-me que, até o presente momento, isso é proibido. Mas já está escrito. Presidente Dinis Pinheiro, talvez V. Exa. possa intermediar nessa questão.

E digo aqui aos ilustres colegas Deputados e Deputadas que já me inscrevi para discutir por uma hora os dois projetos que serão votados logo em seguida: do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, que concede reajuste de forma parcelada. É o momento da discussão que teremos para mostrar que os servidores também querem o reajuste parcelado. Assim, quem sabe?, no meio dessas tratativas, encontramos um encaminhamento, uma solução. Talvez o nosso Líder, o Deputado Bonifácio Mourão, possa nos ajudar nesse encaminhamento.

Sr. Presidente, em relação à questão do veto, o Governador faz uma comunicação a esta Casa, e faço questão de ler pelo menos três parágrafos do encaminhamento do veto. (- Lê:)

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, comunico a V. Exa. que, nos termos do inciso II do art. 70 da Constituição do Estado, decidi opor veto total, por inconstitucionalidade, à Proposição de Lei nº 21.425, que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona.

As razões do veto: a iniciativa é de grande relevância. Contudo, a despeito da nobre intenção que envolve a proposição, entendemos que, ao assegurar ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino dispensa de exame de avaliação curricular em dias considerados de guarda pela religião de que for adepto, a proposta revela-se ofensiva ao inciso XIV do art. 90 da Constituição do Estado, visto ser privativa do Chefe do Poder Executivo a competência para dispor sobre a organização e funcionamento da administração, entre a qual se incluem os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual.”

Mais adiante, o Governador diz o seguinte. (- Lê:)

“Com esse substrato, é forçoso concluir que a proposição, no particular, mostra-se absolutamente incompatível com o princípio da separação dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição da República, com correspondência no art. 6º da Constituição do Estado.

Ainda não é tudo. A guarda sabática não constitui peculiaridade nem especificidade observada apenas no Estado de Minas Gerais, muito menos consiste em característica exigida pelas singularidades da região ou da sociedade, da cultura, da economia ou da clientela local. Trata-se, na realidade, de dogma professado por determinadas religiões que não estão circunscritas ao território mineiro.

Sendo assim, percebe-se que a imposição aos estabelecimentos da rede pública estadual de ensino de buscar alternativas em dias e horários letivos regulares para que os alunos que seguem esses dias de guarda possam cumprir as exigências da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96, no que se refere à frequência escolar, é matéria que exige tratamento uniforme em todo o território nacional, não se inserindo na competência suplementar dos Estados, prevista no § 2º do art. 24 da Constituição da República. Há, portanto, na espécie, invasão de competência legislativa da União para dispor sobre normas gerais de educação, conforme previsto no inciso XXIV do art. 22 e no inciso IX do art. 24, ambos da Constituição da República.

Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF -, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.806-RS.”

O Governador traz aqui argumento jurídico, de forma substancial, para que os Deputados possam aprovar a manutenção desse veto.

Da mesma forma, neste caso, concordo com o governo e vou acompanhá-lo na manutenção desse veto, porque o entendimento é de que criaríamos situações que poderiam abrir precedentes, Deputado Rômulo Viegas, para outras convicções do ponto de vista religioso. Haverá outras denominações religiosas que podem aqui querer invocar determinados direitos para também se furtarem às obrigações impostas a todos os cidadãos de forma geral.

Portanto, quero dizer que concordo com as razões do veto, votarei também pela sua manutenção por questões óbvias. Além de estar aqui ferindo uma iniciativa do Poder Executivo, há vedações expressas no que diz respeito à lei infraconstitucional, que é a Lei nº 9.394. Também temos aqui posições incluídas em dispositivos da Constituição da República no que diz respeito à competência de cada Estado como membro desta Federação.

Nosso entendimento é de que o Governador traz as razões do veto muito bem fundamentadas - e também aí cita jurisprudência do STF, especialmente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.806, do Rio Grande do Sul -, com muita convicção, o que nos coloca em uma situação de tranquilidade para manifestar o nosso voto favorável à sua manutenção.

Mas quero dizer dessa preocupação, até porque não sabemos de que forma esse projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, porque nosso entendimento é que o primeiro controle de constitucionalidade deve acontecer nessa Comissão. Se a Comissão não conseguiu convencer os pares de que a matéria não poderia ter passado, é motivo de preocupação. Devemos estar atentos, porque o primeiro controle de constitucionalidade nasce na Comissão de Constituição e Justiça, é lá que o exercemos. Não é no STF, no Tribunal e muito menos em uma ação incidental que há o controle de constitucionalidade no âmbito do devido processo legal. Muitas vezes perdemos a oportunidade de fazer esse controle aqui, na Casa legislativa. Isso é muito importante, porque valoriza a posição do Parlamento, não permitindo que matérias prossigam em sua tramitação.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso encaminhamento é favorável. Adianto aos ilustres Deputados que estaremos aqui também para encaminhar os outros vetos. Vamos seguir, até porque um deles diz respeito a uma matéria de minha iniciativa. Estaremos aqui para discutir as outras duas matérias, pelo menos no tempo necessário de uma hora, Sr. Presidente.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, não usarei de todo o tempo regimental para fazer esse encaminhamento. Apenas quero pedir aqui a atenção das Deputadas e dos Deputados. Estamos vivendo um momento em que há uma discussão muito grande em Brasília, principalmente na Comissão de Direitos Humanos, especialmente na garantia dos direitos fundamentais das minorias.

Esse projeto, na verdade, Sr. Presidente, atende ao que podemos chamar de uma minoria. No momento em que a Comissão Especial opina pela rejeição do veto, acredito estarmos lidando com um assunto - a fé dos que querem guardar o sábado - que já está



respaldado e tem o que poderíamos chamar de jurisprudência nas práticas. Por exemplo, para mim não há nenhum problema na questão do sábado, não estou aqui defendendo interesse pessoal, estou aqui defendendo a manutenção de um direito, Sr. Presidente. Esse direito está em nossa Carta Magna, em nossa Constituição, o direito da livre manifestação e expressão da fé.

Hoje, aqueles que querem guardar o sábado, Sr. Presidente, já têm, por exemplo, no Exército, o amparo para o respeito à guarda desse preceito; já têm, nas universidades, o direito de não prestar o vestibular no sábado. Então, esta Casa perde a oportunidade, se mantiver esse veto, de avançar, de conceder aquilo que já é consagrado por direito em alguns setores da nossa sociedade.

Quero, por isso, pedir a compreensão dos Srs. Deputados e dizer que o PT e o PMDB estarão votando pela derrubada do veto. Isso porque entendemos, Sr. Presidente, que não podemos usar esta Casa para negar um direito constitucional.

Fica aqui o meu apelo para que atendamos a esse projeto que nem é meu, é da Deputada Liza Prado, mas, num primeiro momento, já junto com ela, fizemos a defesa por sua aprovação. Não vejo por que nós hoje, nesta Casa, não podemos dar um exemplo de cidadania e democracia e, de fato, entendermos a nossa Constituição e a respeitarmos, não negando aos que querem guardar o sábado o direito de serem incluídos na nossa rede estadual de ensino, naquilo que já conquistaram em outras áreas da nossa sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, saúdo todos os servidores da Justiça aqui presentes na luta deles. Saúdo também, Sr. Presidente, uma grande delegação de pastores adventistas, com suas esposas, líderes, aguardando a votação na Assembleia Legislativa. Vieram de todo o Estado.

Recebemos também hoje uma grande manifestação da comunidade judaica de Minas Gerais. É importante fazermos uma reflexão. Ouvimos aqui falar sobre as Constituições Estadual e Federal. Esta está apoiada na Declaração Universal dos Direitos Humanos no que se refere a direitos. O art. 5º da nossa Constituição fala de direitos. Muitas vezes queremos tratar a questão do Estado, da religião, da crença como coisas separadas. O Estado é laico, é separado das pessoas, mas nos esquecemos de que as pessoas são religiosas, as pessoas que compõem o Estado são religiosas, têm fé.

Estão aqui os adventistas, que são sabatistas, assim como o são os judeus e várias outras religiões, e adoram a Deus no sábado. É interessante que, pela história, os judeus foram identificados pelos nazistas justamente por causa do sábado, por adorarem a Deus nesse dia. Apesar de os nazistas proibirem, de o Estado alemão, o Terceiro Reich, perseguir os judeus, identificá-los por adorarem a Deus no sábado, eles continuaram adorando. Seis milhões de judeus foram mortos, e eles não abandonaram a sua fé. Os sabatistas aqui presentes não abandonarão a fé deles. Podemos cansar de fazer legislação aqui, cansar de mudar a Constituição do Estado de Minas Gerais, mas ninguém vai tirar-lhes a fé. Por isso o Estado chamado laico tem de respeitar a fé das pessoas, o dia em que elas adoram a Deus e se recolhem com esse objetivo.

Em um trabalho recente sobre os 300 anos de Inquisição em Minas Gerais, a Dra. Neusa Ferreira relata a morte de muitos judeus, que eram identificados por causa do sábado. Eles se recolhiam e adoravam a Deus nos sábados. Era fácil pegá-los. Mas, apesar disso, eles não abandonaram sua fé.

O Estado não pode entrar no campo da fé das pessoas. Não posso obrigar um jovem adventista a fazer uma prova na sexta-feira à noite, pois, quando aparece a primeira estrela, ele se recolhe para adorar o seu Deus. Como Estado, não posso fazer uma legislação que obrigue esse jovem adventista ou judeu a ir fazer uma prova. O Estado está entrando em algo que não pertence a ele, mas às pessoas, à fé das pessoas. Quando atleta, jogava com uma inscrição na camisa em que se lia “Cristo salva”, mas a CBF me proibiu: eu não podia jogar com aquela inscrição, sob o risco de o Atlético perder os pontos. Eu disse a eles que podiam tirar da minha camisa, mas que, do meu coração, ninguém iria tirar Jesus. Vou segui-lo para sempre! Então, ao votar aqui, não vamos tirar a fé dos adventistas ou dos judeus, mas vamos entrar em algo que não pertence à Assembleia Legislativa ou ao governo do Estado, que não diz respeito a uma normatização da Secretaria de Educação ou ao campo das leis, mas que diz respeito à fé do povo de Minas Gerais. Não podemos entrar na fé das pessoas.

Recentemente, o Ministério Público Federal queria tirar os símbolos religiosos, as imagens e as bíblias das repartições públicas. O assunto é interessante, pois temos de nos perguntar a quem pertence isso? A quem pertencem as igrejas católicas, históricas, de Ouro Preto, Mariana e de outras cidades? A quem pertence o Cristo Redentor, do Rio de Janeiro? Quem colocou ali aquele crucifixo que vemos daqui e que demandaria uma escada Magirus para ser retirado? A quem ele pertence? A algum Deputado? Não. Ele pertence à fé do povo de Minas Gerais. Não podemos legislar sobre isso; não podemos legislar sobre essa matéria, que não é constitucional ou de marco legal. Isso é a fé das pessoas. Ninguém entra nas pessoas e lhes retira a fé.

Portanto, assumo um compromisso com meus irmãos adventistas, aqui presentes, com os judeus e todos os que adoram no sábado: retiro-me agora como Deputado, em respeito à fé de vocês, que está consagrada na Constituição. Não é razoável que a Assembleia Legislativa imponha a um jovem adventista fazer prova num momento em que ele ora a Deus, retirando-o de sua fé. Também não podemos fazer isso com os jovens judeus ou com os muçulmanos – no Ramadã, seu tempo de adoração. Não temos esse direito. A Assembleia Legislativa não foi chamada pelo povo de Minas Gerais para entrar na fé das pessoas; essa fé tem de ser respeitada. Senão, começaríamos por destruir as igrejas católicas tradicionais, em nossas cidades históricas, e o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Isso não pertence a nós. Nesta tarde, a Assembleia Legislativa tem a oportunidade de respeitar essas pessoas que vieram de todo o Estado pedir uma coisa a esta Casa: “respeitem a minha crença, respeitem a minha fé, respeitem a mim; na sexta-feira, quando surge a primeira estrela, eu me recolho com minha família, para adorar a Deus; na sexta-feira, não quero fazer provas” ou “no sábado, adoro a Deus e não quero fazer provas”. Foi isso o que eles vieram pedir: que respeitemos o seu direito de adorar a Deus; o seu direito de exercer a sua fé. Vieram pedir isso e têm o meu voto favorável a que seja respeitada a fé dos sabatistas: dos adventistas, dos judeus e de todos aqueles que no sábado adoram o Deus eterno. Muito obrigado.

O Deputado Anselmo José Domingos* - Obrigado, Sr. Presidente. Colegas, Plenário aqui hoje reunido, gostaria de me posicionar também num assunto que acho da maior importância, no momento em que se tenta regular um direito que as pessoas têm, um direito já colocado aqui por vários colegas, consagrado. Que ele também seja confirmado no âmbito do Estado de Minas Gerais.



Há poucos dias, tomamos um susto com uma legislação que proíbe a realização de cultos religiosos e eventos de caráter político-partidário nas nossas escolas estaduais, entretanto a legislação federal garante o direito do uso das escolas para as convenções partidárias, por exemplo. Também entendemos que é inadequado proibir o uso das escolas para a realização de cultos, missas ou outros eventos de caráter religioso, porque, em muitos momentos, o evento religioso é parte da vida daquela escola. A escola não toma posicionamento pela religião A, B ou C, mas no corpo dela é possível se consagrar por uma ou por outra sem que a própria escola se posicione.

Por isso, Sr. Presidente, colegas, votaremos também pela derrubada desse veto, para que seja garantido a qualquer cidadão que professe a sua religião o direito de não realizar os exames, de não ter de frequentar a escola naquele dia. Contem conosco, o nosso voto será nessa linha, pela derrubada do veto.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Sr. Presidente, serei rápida, não gastarei os 10 minutos, mas eu gostaria de dizer aqui que a nossa colega, Deputada Liza Prado, lutou arduamente para que chegássemos neste momento e pudéssemos derrubar o veto. Ela é autora desse projeto, e apoiamos a Deputada nesses encaminhamentos. O projeto não obriga a escola a fazer dessa ou dessa maneira, mas faz com que haja respeito ao aluno. Sou professora, trabalhei 25 anos em escola e sei que é muito simples, é só não marcar prova para a sexta-feira à noite. É coisa simples demais. Então, como os Deputados que me antecederam, também defendo que temos de respeitar a liberdade religiosa. Isso faz parte da nossa cultura, do povo brasileiro, da nossa religião.

Quero parabenizar os que estão aqui defendendo esses direitos, direitos nossos, dos jovens. Sou católica, mas defendo arduamente a liberdade religiosa. Sou contra o veto e vamos derrubá-lo. Somos contra esse veto. Quem orientou o Governador a fazer isso se equivocou muito, e ele também ao vetar. Queria só deixar claro aqui o nosso parecer favorável para que possamos derrubar esse veto. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elismar Prado - Rapidamente, Sr. Presidente, apenas para encaminhar, queria declarar o meu posicionamento favorável à matéria apresentada pela Deputada Liza Prado, pela derrubada do veto, em respeito à dignidade e à convicção de todos que estão aqui, dos adventistas. Porque a sociedade é laica sim, mas a Constituição Federal garante também a liberdade de religião. Então somos contrários a qualquer tipo de discriminação, a qualquer tipo de preconceito. Acho que qualquer segmento que procurar esta Casa tem todo o direito de reivindicar seus pleitos. Os senhores e as senhoras são cidadãos e cidadãs portadores de direito, e esse direito não pode ser formal, mas real.

Quero apenas revelar meu posicionamento pela derrubada do veto em respeito à dignidade, à convicção e à liberdade, a todo esse povo que aqui está e a toda comunidade adventista do Estado de Minas Gerais. Parabéns. Contem com o nosso apoio. Obrigado.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, como Líder do PT nesta Casa, revelo a posição da nossa bancada. Posicionamo-nos também pela derrubada do veto por entendermos... Estou sempre divergindo do Deputado João Leite. No entanto, nessa matéria, Deputado João Leite, quero dizer-lhe que acompanharemos a sua orientação. Só não entendo o que levou o Governador a vetar essa matéria. V. Exa. é um dos líderes do PSDB e do governo nesta Casa. É preciso fazer uma mobilização para que os Deputados da bancada governista atendam ao apelo do Deputado João Leite e o nosso para darmos uma resposta ao governo derrubando esse veto e seguindo o que está aqui. O Deputado Vanderlei Miranda... Quer dizer, seguir a orientação da comissão especial.

Por isso me ponho ao lado de todos os defensores dessa matéria e saúdo os pastores que vieram até aqui em grande número. A bancada do nosso PT votará pela derrubada do veto. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Henrique* - Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas, penso que não deveria nem ter havido veto nessa proposição de lei.

Ainda que seja de interesse específico de uma comunidade cristã e evangélica, há argumentos suficientes para convencer a Procuradoria do Estado de que essa matéria carecia de aprovação do governo, e acredito que certamente será desta Casa. Sou pastor ligado à Igreja Universal e estou solidário com a causa dos nobres colegas pastores que aqui estão.

Nobres colegas, não quero crer que o governo do Estado tenha algo contra a comunidade evangélica. Explico que são duas matérias importantes que estão sendo tratadas nesta Casa: a primeira é de interesse dos adventistas; a segunda, que está sendo tratada nesta Casa e sobre a qual discutiremos com o governo do Estado, é a isenção do ICMS para os templos religiosos, que também sofreu veto por parte do governo. Discutiremos mais essa matéria e vamos tentar convencer o governo de que não estamos pedindo absolutamente nada, pois esse é um direito constitucional que todos os templos religiosos têm.

Portanto, estamos unidos numa causa justa porque não podemos ser somente instrumentos de interesse político em época de eleição. Temos de ser respeitados nos nossos direitos. Não estamos aqui com o pires nas mãos, mas, sim, lutando por uma causa justa e digna. Onde há unidade certamente Deus ordena bênção para sempre.

Tenho certeza de que vamos realizar aqui um trabalho de união, de convencimento de todos os Deputados sobre a importância que essas comunidades evangélicas têm no seio da sociedade. Temos os discursos incansáveis dos benefícios que as comunidades cristãs, religiosas dão para a sociedade. É um valor incalculável a economia que dão aos governos federal, estaduais e municipais em relação aos benefícios sociais, familiares, de recuperação, reintegração e sociabilidade. Enfim, damos diversos benefícios aos governos e à sociedade. Portanto, nobres Deputados da base de governo, nobres Deputados da Oposição, nobres Deputados independentes desta Casa, por uma questão justa, legal, pedimos que votem o Projeto de Lei nº 21.425. Um forte abraço e que Deus abençoe a todos os senhores.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria também de deixar a minha posição. Em nenhum momento se justificou por que os projetos foram vetados. A base de governo não o fez. Respeito a liberdade de crença. Voto "não", pela derrubada do veto. Cada um vai de acordo com a sua consciência.



Neste momento, aproveito também para fazer um apelo aos Deputados desta Casa para votarmos os outros projetos. Tenho certeza absoluta de que há alguns Deputados aqui, companheiros até do meu partido, como o Deputado Sargento Rodrigues, que estão trazendo para o Plenário problemas de comissão. Não é por aí. A nossa Casa tem de andar. O Judiciário espera uma solução para os seus projetos. O Ministério Público também. Então, a Casa não pode parar. Não podemos trazer os problemas das comissões para este Plenário, senão vamos trazer qualquer coisa que acontecer na comissão para o Plenário. Não vamos parar a Casa porque os meus interesses foram contrariados lá fora. Não é por aí. Faço esse apelo ao companheiro Deputado Sargento Rodrigues, para que possamos continuar em punho, trabalhar, votar e deixar a Casa andar. Caso contrário, vamos ficar mais uma, duas, três sessões. Quanto ao veto, voto pela sua derrubada, pela liberdade à crença, pela liberdade de cada um poder se posicionar. Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, não sou pastor, não pertencço a nenhuma igreja evangélica. Sou, desde pequeno, católico por convicção, praticante. Da mesma forma que defendo os dogmas da igreja católica, as suas tradições e crenças, respeito as tradições das igrejas evangélicas. Estamos tratando, aqui, hoje, de um assunto polêmico. Claro que é polêmico. Sou médico, cirurgião, e o momento que mais marcou a minha vida como cirurgião foi quando me coloquei à frente de um problema como esse, em uma sala de cirurgia. Isso marcou muito a minha vida. Então pude entender um pouco o que se passa no coração de uma pessoa que tem fé, que acredita e luta por isso. Voto contra o veto em respeito à comunidade evangélica. É esse mesmo respeito que peço para a igreja que frequento, a igreja católica. Muito obrigado.

O Deputado Rômulo Veneroso - Sr. Presidente, neste momento, gostaria de registrar a presença do nosso Pastor José Marcos, Presidente da Associação Mineira Central da Igreja Adventista do Sétimo Dia, e todos os seus membros presentes.

Quero falar do respeito e do carinho que temos com essa igreja, principalmente em Betim, onde acompanhamos de perto todas as ações e os trabalhos que realiza não só na área da evangelização como também na área social. Fica aqui o nosso abraço.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, nós temos vários motivos para derrubar esse veto. Um deles, no meu caso, por coerência, porque fui relator do projeto na Comissão de Justiça desta Casa. Essa comissão é séria e prima pelo zelo das questões constitucionais, legais e jurídicas. O projeto foi aprovado nessa comissão. Vários Deputados se pronunciaram não a respeito de o Estado estar de um lado ou de outro lado das convicções religiosas, mas de o Estado respeitar as religiões, as crenças e a fé. Nesse sentido, o projeto é bom. É perfeitamente possível o Estado efetivar esse projeto respeitando as religiões. Portanto, voto pela derrubada do veto.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, chamo a atenção de V. Exas. para mais uma excrecência - usando um termo bem forte -, que é a manutenção desse veto. Não sei o que está acontecendo. Tenho sobre a minha mesa, dentre alguns livros importantes, a Bíblia, a Constituição do meu Estado e a Constituição do meu país. Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. me emprestasse um pouco da sua atenção, porque, na Constituição do meu, do seu, do nosso país, daqueles que estão em casa nos assistindo agora, está claro que as igrejas estão isentas do pagamento de impostos. Independentemente do credo, as igrejas estão isentas do pagamento de impostos. Vou repetir: as igrejas, independentemente do seu credo, Deputado Hélio Gomes, têm a garantia constitucional do não pagamento de impostos. Por exemplo, qualquer igreja que for comprar um automóvel no nome e CNPJ da igreja não paga os impostos do carro. O ICMS não é recolhido. E o que pede a emenda do Deputado Gilberto Abramo, que já vem há tantos anos se arrastando nesta Casa? Apenas que seja respeitada a Constituição do nosso Estado no tocante à isenção do pagamento de impostos pelas igrejas, independentemente do credo religioso, para que não fique aqui a impressão de que estamos defendendo um determinado segmento, A, B ou C. Ora, isso está garantido na Constituição, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. V. Exa. é um legalista e sabe perfeitamente disso. Está garantido na Constituição.

Qual seria o caminho natural? Seria um caminho difícil, mas possível de fazer com que o governo, através da Cemig, deixe de cobrar o ICMS que está lá embutido na conta de luz, porque é imposto. Só para refrescar a memória - na verdade, imagino que todos saibam -, ICMS é imposto de circulação de mercadorias e serviços. Não se trata de taxas, Deputado Tenente Lúcio. As igrejas não estão isentas do pagamento de taxas. Isso elas têm de pagar. No entanto, as igrejas têm a garantia constitucional de não serem obrigadas a pagar impostos.

Então, o que a emenda do Deputado Gilberto Abramo pede? Apenas que o Estado seja coerente com a nossa Constituição e com os 30% desta cidade - falando apenas do segmento evangélico -, mas coerente com 100% desta cidade, porque somos um país na sua quase totalidade cristão, como também um Estado cristão. Até poderíamos chamar de uma cidade cristã, de um Estado cristão, de um país cristão.

Portanto, essa isenção atende 99% da nossa população, Sr. Presidente, por isso não há razão para manter esse veto. Não há argumento constitucional para que a comissão especial que a analisou tenha opinado pela manutenção do veto. Não existe argumento que convença que esse veto deva ser mantido. Pelo contrário, estou dando os argumentos, todos amparados naquela que é a nossa proteção maior em termos de garantias, de direitos, de conquistas: a nossa Constituição. E, ao manter esse veto nesta tarde, Deputado Paulo Guedes, sabe o que estaremos fazendo? Estaremos ignorando a Constituição; estaremos desrespeitando a Constituição; estaremos negando um direito conquistado, consagrado, lavrado na nossa Carta Magna, na qual está muito claro que as igrejas, independentemente do seu credo religioso, estão isentas do pagamento de impostos.

Já cometemos um equívoco na manutenção do veto do projeto anterior, feita por um bendito aqui, um dos que me antecederam. Qual o prejuízo que a aprovação desse projeto traz ao Estado? Qual o prejuízo que a aprovação daquele projeto cujo veto foi mantido traz para a sociedade? Nenhum, absolutamente nenhum. Só traria ganhos, do ponto de vista do respeito ao direito.

Agora faço um apelo às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados para, por favor, não cometermos o mesmo erro cometido na manutenção do veto do projeto anterior, porque isso é um direito. Eu dizia que, se as igrejas se juntarem e se esse veto for derrubado, quero fazer um compromisso com o Deputado Gilberto Abramo, se ele assim o quiser, respeitando o direito dele de autoria dessa emenda. Quero propor a ele começarmos um movimento para irmos ao STF exigir que Minas Gerais cumpra esse direito constitucional. Isso não pode ser solapado, é direito conquistado.



Estão aqui, por exemplo, os servidores da Justiça. Eles têm direitos conquistados que ninguém pode retirar. O que esta Casa aprovará aqui no projeto deles será um direito conquistado e que não poderá ser retirado. Direitos conquistados não podem ser retirados. Lei nenhuma retroage para prejudicar, todos sabemos disso. Se mantivermos esse veto, estaremos, Deputado Sávio Souza Cruz, retrocedendo. Ao retroagir, mais uma vez usando aqui uma expressão “saviana”, solapamos um direito, Deputado Sávio Souza Cruz. Não é possível.

Só queria entender. Estou mais ou menos como aquele macaco que há muito tempo participava de um programa humorístico da TV: “só queria entender”. Há coisas que não consigo entender; até penso que sou burro demais por não consegui-lo. Ou então consigo perceber algo que muitos dos colegas aqui também perceberam, e alguns insistem em não perceber. Isso é um direito, que está garantido, repito mais uma vez, na nossa Constituição.

As instituições religiosas, independentemente de seu credo, estão isentas do pagamento de impostos. Portanto, a cobrança do ICMS que vem embutido na conta de luz é inconstitucional. Resta-nos o quê? Fazer um movimento. E olha que hoje não dá para pensar nada neste país excluindo-se os credos religiosos. Negar-lhes um direito, creio, é um risco muito grande, até para a credibilidade desta instituição.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui meu apelo. Meu encaminhamento é pela derrubada desse veto. Ao derrubá-lo, Sr. Presidente, não estaremos fazendo nenhum favor a quem quer que seja, estaremos apenas dando uma demonstração de inteligência, coerência e respeito a um direito conquistado e consagrado em nossa Constituição. Muito obrigado.

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/4/2013

O Deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhores telespectadores da TV Assembleia, assomo a esta tribuna para reportar uma audiência pública que aconteceu ontem, na Assembleia Legislativa, convocada pelo eminente Deputado Rogério Correia, com a participação principal do Sindifisco, em que se procurava criticar e denegrir a conduta do Estado quando oferece incentivos fiscais para empresas que vêm se instalar em Minas Gerais. A crítica que se fez e que já escutei - e que é errônea, falácia - é que Minas Gerais, nos últimos anos, perdeu algo em torno de R\$10.000.000.000,00 de arrecadação em função de incentivos fiscais dados a empresas poderosas.

Pois bem! Fizemos questão de levar para aquela audiência um vídeo, que foi captado do noticiário de vários Governadores em solenidades públicas. Como exemplo cito os Governadores de São Paulo, da Bahia, de Goiás, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Nessas solenidades, estiveram presentes empresários e a Federação das Indústrias, e eles anunciavam, então, um novo tempo em seus respectivos Estados, graças aos incentivos fiscais. Aliás, graças a isso várias indústrias estariam se estabelecendo em seus respectivos Estados.

Ora, quero deixar bem claro que lamentavelmente o Estado de Minas é obrigado a dar incentivos fiscais em razão da guerra tributária e fiscal dos outros Estados. Como sabemos, Minas Gerais é um Estado mediterrâneo e faz fronteira com nove Estados da Federação, e cada um deles, por interesse numa determinada área de desenvolvimento, resolve dar o incentivo fiscal para uma indústria daquele setor. Se é oferecido à indústria que está em Minas um grande incentivo fiscal para que se instale em outro Estado, obviamente ela se muda rapidamente para lá. Logo, para se defender e defender o povo mineiro, o governo de Minas tem de oferecer o mesmo incentivo fiscal a ela.

Cito alguns exemplos. A fábrica Pif Paf Alimentos, da Zona da Mata, em Visconde do Rio Branco, estava pronta para mudar-se para o Estado de Goiás. Qual impacto não haveria na Zona da Mata se a Pif Paf fosse embora? Então, o governo de Minas concedeu-lhe incentivo fiscal para que permanecesse na Zona da Mata mineira.

Está aqui o Deputado Tadeu Martins Leite. Recentemente se instalou no Norte de Minas a Alpargatas, graças a incentivos fiscais. Foi interessante para o povo de Montes Claros e do Norte de Minas a chegada da Alpargatas lá? É óbvio que sim. Se foi interessante para o povo do Norte de Minas, também o foi para todo o Estado. As pessoas se esquecem de que essa é a reflexão que temos de fazer. Além disso, as pessoas se esquecem de que, quando uma grande indústria se instala graças a incentivo fiscal, o Estado, se por um lado deixa de arrecadar dela porque lhe concedeu um regime tributário especial, ou seja, mais barato, por outro lado ganha no volume. Quando uma empresa desse tamanho e volume se instala no Estado, uma quantidade de empregos é levada para aquela região, todos os empregados consomem alimentação e a própria indústria gasta energia. Há ICMS em tudo isso, e o Estado está arrecadando. Logo, concede incentivo fiscal para uma empresa, mas ganha no conjunto.

O gráfico é muito claro, pois mostra que, com essa política de incentivos fiscais adotada pelo governo, o PIB industrial de Minas Gerais, nos últimos 10 anos, cresceu muito acima da média nacional do PIB da indústria do Brasil. Isso ocorreu graças a esse regime, a essa política de concessão de incentivos fiscais.

Há pouco tempo recebemos a Ambev no Triângulo Mineiro. Ela não veio em razão dos belos olhos do povo mineiro, mas, sim, dos incentivos fiscais concedidos pelo governo de Minas. O povo do Triângulo está triste com a instalação da Ambev lá? Obviamente que não. Observem o desenvolvimento que uma indústria como essa traz para toda uma região.

Recentemente a Itambé, em Pará de Minas, cidade do nosso eminente ex-Deputado Antônio Júlio, estava pronta para ir para São Paulo, que estava concedendo incentivos fiscais. O governo de Minas foi obrigado a conceder esses incentivos, e a Itambé está aqui. Imaginem qual seria o impacto para toda a região de Pará de Minas se ela fosse embora.

Deputados, o intuito desta minha fala é não só tranquilizar, mas também trazer a verdade. Com a política de incentivos fiscais, se o governo de Minas é obrigado a fazê-los em razão da guerra fiscal dos outros Estados, a verdade é que não é Minas quem a inicia – aliás, Minas apenas se defende e se protege. Graças a essa política de incentivos fiscais, a arrecadação de ICMS no Estado vem crescendo nos últimos 10 anos. Conforme disse, o PIB da indústria de Minas, nestes últimos 10 anos, cresceu muito mais do que a média do PIB da indústria nacional.



Portanto, quero elogiar o Governador Anastasia e parabenizar os técnicos da Secretaria de Fazenda, porque estamos adotando, sim, uma política correta para o povo de Minas Gerais.

O melhor de tudo, o melhor dos mundos é o que Minas defende: o fim da guerra fiscal, uma legislação única para todo o País, para que Minas Gerais não venha a fazer o que está fazendo, protegendo-se por meio dos incentivos fiscais.

Concedo aparte ao Deputado Bosco. Em seguida, vou mudar rapidamente a temática da nossa fala.

O Deputado Bosco (em aparte) - Prezado Deputado Lafayette de Andrada, Líder do Bloco Transparência e Resultado, gostaria de fazer um aparte bem breve. Quero cumprimentar V. Exa. por ter trazido a esta tribuna, nesta reunião, o resultado da audiência realizada ontem nesta Casa, que foi extremamente positiva. Acredito que foi até uma oportunidade para o governo demonstrar o seu comprometimento com o crescimento socioeconômico do Estado.

Gostaria, Deputado Lafayette de Andrada, de dar um testemunho da minha cidade, Araxá. Foi instalada há cerca de cinco anos uma indústria do ramo alimentício, a Bem Brasil, uma indústria que produz batatas pré-fritas, um produto altamente consumido em Minas Gerais e em todo o País. Hoje, o Brasil - já incluída a produção de Minas Gerais - só produz 20% da demanda do mercado. O restante, 80%, é importado, principalmente da Argentina. A Bem Brasil foi instalada em Araxá porque houve participação efetiva do governo do Estado de Minas Gerais, na ocasião, do Governador Aécio Neves, com o apoio do então Vice-Governador Anastasia, e do Município, que tinha como administrador o ex-Prefeito Toninho. Naquela ocasião, houve algumas críticas em relação ao apoio concedido pelo Município e pelo Estado para que a indústria pudesse se instalar ali. Veja bem, Deputado, essa indústria fez um comprometimento com o Estado e principalmente com o Município de Araxá de que ela reverteria todos os investimentos e incentivos do Estado e do Município em 10 anos. No entanto, a indústria Bem Brasil surpreendeu a todos nós. Em apenas três anos ela reverteu para o Estado e Município, em benefícios e impostos, tudo que havia se comprometido, pactuado, a devolver. Aliás, mais do que isso, ela dobrou a produção. Ela começou com a geração de 100 empregos e hoje gera mais de 300.

O Deputado Lafayette de Andrada* - A política de incentivo fiscal em Minas é acertada.

O Deputado Bosco (em aparte) - Isso demonstra que Minas, o nosso governo, está no caminho certo. Queria apenas prestar essa contribuição. Quero ainda cumprimentar os Vereadores da nossa querida Lagoa Grande, que nos brindam com a sua visita. Sejam todos bem-vindos. Muito obrigado pela presença. Muito obrigado, meu Líder Deputado Lafayette.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Obrigado, Deputado Bosco, pela intervenção, que trouxe um acréscimo a nossas palavras, referentes a incentivos fiscais.

Srs. Deputados, quero aproveitar este momento e fazer alguns comentários relativos à Cemig. Eventualmente escuto alguns Deputados da Oposição criticarem a Cemig pelo valor da tarifa. Quero lembrar que a tarifa cobrada pela Cemig é imposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Anel. É ela que diz: "Cemig, a sua tarifa é tanto". Em São Paulo: "Cesp, a sua tarifa é tanto". No Rio de Janeiro: "Light, a sua tarifa é tanto". Não é a Cemig que escolhe, é a Aneel, agência do governo federal, quem determina. A Cemig simplesmente cumpre. Então é uma grande falácia, uma grande mentira dizer que, por culpa do governo de Minas, por culpa da Cemig, temos a maior tarifa do Brasil. Se temos a maior tarifa do Brasil é porque temos a maior rede de cabeamento, é porque temos os maiores investimentos, e a Aneel, reconhecendo isso, determina que a Cemig cobre x ou y.

Quero dizer ainda que, em algum momento, foi citado aqui que a Cemig apareceu em 25º lugar no "ranking" de qualidade das concessionárias em uma pesquisa.

Esperem aí: são duas pesquisas. As pessoas gostam de confundir alhos com bugalhos para enfumaçar a verdade quando não há argumentos verdadeiros. São duas pesquisas: existe a pesquisa de qualidade e a pesquisa das metas. Na pesquisa de qualidade, quanto ao nível de satisfação do consumidor, a Cemig ficou em 2º lugar. Ficou em 2º lugar quando pesquisada a satisfação do consumidor. Essa pesquisa foi feita pela Aneel, do governo federal do PT. A Cemig ficou em 2º lugar na satisfação do consumidor. Mas que pesquisa é essa em que a Cemig aparece em 25º lugar? É a pesquisa das metas. Cada empresa impôs a si um conjunto de metas. As metas que a Cemig se impôs foram altamente rígidas, altamente ambiciosas. E ela conseguiu atingir todas.

Ao contrário da Cemig, em outros Estados em que as empresas são desorganizadas, desarticuladas, não são tão desenvolvidas como a Cemig, elas estabeleceram para si metas pífias. E a empresa que colocou metas pífias para si alcançou o dobro delas. A Cemig colocou para si as metas mais ambiciosas e conseguiu atingi-las. Mas não atingiu o dobro. No "ranking" de quem atingiu suas metas, as empresas que colocaram metas pífias ficaram na frente, é claro. O Estado tal fez 30% acima da sua meta; outro Estado ficou 80% acima da sua meta. Quais foram essas metas? É isso que temos que saber. As metas da Cemig foram as mais ambiciosas do Brasil, foram as que tinham maior investimento em tecnologia, em ação, na diminuição do risco de apagões que tanto são criticados aqui.

Os apagões que acontecem em Minas Gerais são previamente acertados com os consumidores, quando é necessário diminuir o fornecimento de energia. A Cemig informa que faltará luz na Rua B e comunica isso ao residente dessa rua; informa que faltará luz na Rua C no dia tal, de 9 horas da manhã ao meio-dia, e comunica que não haverá fornecimento de energia. A Cemig procede assim, ao contrário de outros Estados. E é computado que, de 9 horas ao meio-dia, não houve luz, e de fato não houve. Mas não houve por quê? Porque a Cemig está investindo em qualidade, em tecnologia. Nesse caso, quando falta luz, dizem que a Cemig não forneceu energia por tantas horas. Ora, vamos comparar Minas Gerais com Sergipe? Com Alagoas? Minas Gerais tem o tamanho da França, é 12 vezes maior que Alagoas e 15 vezes maior que Sergipe. Vejam o cabeamento que precisamos fazer, vejam a infraestrutura que precisamos ter, e temos a melhor tecnologia do Brasil, essa é a grande verdade.

Por fim, Sr. Presidente, para concluir, o noticiário oficial do governo federal, da Agência Brasil, nos informou, na semana passada, que a Eletrobras teve um prejuízo de quase R\$6.500.000.000,00 no ano passado e que o povo brasileiro é que terá que pagar. O cidadão e o contribuinte estão pagando pela má gestão. Sabemos o que estão fazendo com a Petrobras. Estão desmanchando a Petrobras com a corrupção, também estão desmanchando a Eletrobras por falta de gestão. Enquanto a Cemig, a cada ano, acumula lucros, acumula eficiência e ganha prêmios, o governo federal, a Agência Brasil do governo federal anuncia um prejuízo de R\$6.400.000.000,00 na Eletrobras, que não teve uma administração eficiente como a da Cemig.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Muito obrigado. Boa tarde a todos.



* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Corrêa* - Boa tarde a V. Exa., Presidente Deputado José Henrique. Queria cumprimentar todos os Deputados e Deputadas presentes, os nossos visitantes nas galerias, todos os telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, a grande televisão desta Casa, que tem levado a todo o Estado de Minas Gerais o trabalho que os Deputados têm realizado nas comissões e nas audiências públicas. Deputado Rômulo Viegas, essa televisão é totalmente democrática. Nela todos - da Situação e da Oposição - têm condições de manifestar suas opiniões e ideias. Essa televisão foi criada pelo nosso grande colega Deputado Alencar da Silveira, que, podemos dizer, é um dos decanos desta Casa.

Queria dizer aos senhores e às senhoras que estava com certa saudade desta tribuna, Deputado Tadeu Martins Leite. Na manhã de hoje, meu grande amigo e colega Deputado Arlen Santiago disse que estava com saudade de ouvir de mim a defesa do atual governo do nosso grande Governador, Prof. Antonio Augusto Junho Anastasia, e do ex-Governador e atual Senador Aécio Neves. Imagino e digo sempre, Deputado Bonifácio Mourão, que as maiores virtudes ou qualidades de um homem público são a lealdade e a gratidão. Quero hoje externar publicamente - aliás já o fiz inúmeras vezes e continuarei fazendo por onde quer que eu ande neste nosso Estado de Minas Gerais e por este Brasil afora - a minha eterna gratidão ao atual Senador Aécio Neves. Na minha opinião, Deputado Tenente Lúcio, ele é e foi, sem dúvida alguma, o maior Governador que Minas Gerais teve.

Digo sempre, Deputado Alencar da Silveira, que não gosto de utilizar esta tribuna para fazer críticas a partido político, a qualquer governante ou ao atual governo do nosso país. Hoje vou me ater - e vou ao encontro do que o Deputado Arlen Santiago questionou nessa manhã - aos avanços que Minas Gerais alcançou de 2002 até os dias de hoje. Não vou fazer críticas a partido político algum, ao que hoje governa o nosso país, o PT - aliás aprendi a admirá-lo. O ex-Presidente Lula é um homem de valor, tentou por inúmeras vezes alcançar a Presidência da República e conseguiu alcançá-la. Tenho minhas divergências, mas conseguiu alcançar alguns avanços. Entretanto, infelizmente, proporcionou ao Brasil manchetes de jornais negativas que jamais imaginaria e gostaria de ver.

Antes de falar dos avanços que o governo Aécio e o governo Anastasia proporcionaram aos mineiros, que servem de referência aos brasileiros e a outros países, queria parabenizar o Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, que, de forma pioneira - e tive oportunidade de frequentar e acompanhar inúmeras audiências públicas realizadas -, levou a Assembleia, como disse em seu discurso de posse, ao encontro da população mineira. Ele mostrou as ações que os Deputados desta Casa têm feito, pôde mostrar à população as suas lutas e as lutas em que esta Casa tem se empenhado, como a Campanha Assine+Saúde e a renegociação da dívida pública, que fará com que os Municípios tenham condições de investir cada vez mais. Quero publicamente parabenizar o Presidente Dinis Pinheiro pela sua iniciativa pioneira. Tenho dito sempre que o futuro certamente lhe reserva algo melhor ou postos mais altos no nosso Estado.

Deputado Rômulo Viegas, daqui a pouco concedo-lhe aparte. Lembro-me de que, quando ganhou as eleições no ano de 2002, o Deputado Federal Aécio Neves dizia, logo na montagem de seu governo, na transição do governo do ex-Presidente Itamar Franco, que faria, sem dúvida, um governo que ficaria marcado em Minas Gerais. Não que seus antecessores tivessem sido maus governantes, mas porque implementaria uma forma moderna de governar, faria uma gestão que atendesse exatamente os anseios da população - e as outras gestões também atenderam -, sobretudo de acordo com o que os habitantes queriam no momento. Lembro-me de que muitas vezes Aécio Neves foi incompreendido, crucificado, por alguns cortes necessários.

E aqui quero dizer: ao contrário do atual governo, que na última semana criou o trigésimo nono ministério, o Senador Aécio Neves diminuiu o número de secretarias em seu governo e não precisou alojar seus apadrinhados políticos. E aí me incluo, porque poucos sabem que naquele momento disputei as eleições, obtive 44 mil votos, e fui durante dois anos o primeiro suplente da coligação PSDB, PFL - naquele momento, era esse o nome do partido - e outros partidos. O Senador Aécio Neves não prestigiou o seu partido político, porque dizia sempre que a população é maior que os partidos políticos. O povo de Minas era mais importante, como continua sendo, do que atender a um interesse político. Ao contrário do que tem sido realizado pelo governo federal, que oferece ministério para tentar antecipar a eleição de 2014.

Naquele momento, o Senador Aécio Neves - se não me engano, pois posso estar equivocado - deixou em funcionamento apenas 16 ou 17 secretarias no Estado de Minas Gerais. Os dois primeiros anos foram difíceis. Não estava neste Parlamento, mas tenho certeza de que vários que aqui estavam, como os Deputados Adelmo, Sargento Rodrigues, Arlen Santiago e outros, sabem das dificuldades que, como parlamentares, enfrentaram. Deputado Mourão, o governo do Estado estava em recessão e sem condições de fazer os investimentos necessários para colocar as finanças do Estado em dia e, em 2005, aí sim, começar a fazer os investimentos que todos nós hoje, independentemente de partido político, devemos aplaudir.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Obrigado, Deputado Gustavo Corrêa. V. Exa., com muita serenidade e com bastante eficiência, demonstra sua ação parlamentar nesta Casa, fazendo um breve histórico da postura do Senador Aécio Neves quando Governador de Minas. Isso é motivo de orgulho para todos nós, porque sabemos das dificuldades encontradas no início de 2003, mas foi necessário o rigor da administração pública. Foi colocado em prática o choque de gestão e uma agenda de resultados, e temos a grata satisfação de ver o reconhecimento internacional disso. Muitas vezes, a Oposição critica, mas o conceito AAA dos mecanismos de fomento internacionais dão a Minas Gerais credibilidade, reconhecida pelo próprio governo federal.

Em um dos maiores Estados do Brasil, com 853 Municípios, com muitas dificuldades em todos os setores da sociedade, o então Governador Aécio Neves fez uma modificação na administração pública ao lado do seu Vice-Governador, hoje Governador Anastasia, e conseguiu colocar Minas Gerais em um patamar diferenciado. Foram feitas várias palestras pelo Estado inteiro a respeito do choque de gestão, tão criticado, até mesmo de forma veemente e pessoal, por alguns parlamentares da Oposição nesta Casa, o que lamentamos. Mas vale a máxima, como eu digo sempre no meu discurso: Estados e Municípios estão com extremas dificuldades, e até esta data nenhum governo teve condições nem coragem de mudar esse modelo de pactuação e distribuição de recursos que aí está para os entes federados, colocando Municípios e Estados cada vez mais em situação difícil.

Portanto, quero parabenizá-lo e mandar, do Parlamento mineiro, um grande abraço ao mais querido, ao Senador Aécio Neves, pela sua atuação também no Senado e pela liderança que assume na Oposição. A democracia se fortalece com situação e oposição, e acho



que o Brasil tem que ter oposição. Quero cumprimentar, de público, o Governador Anastasia e toda a sua equipe pela eficiência administrativa do nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Corrêa* - Quero cumprimentar V. Exa. pelo trabalho que vem realizando. Antes de conceder aparte ao meu amigo, companheiro e inspirador deste pronunciamento, Deputado Arlen Santiago, destaco que eu poderia, Deputada Luzia Ferreira, ficar a tarde toda elencando e enumerando os avanços que Minas teve nos últimos anos.

Deputado Hely Tarquínio, existe avanço maior que o asfalto, que o Processo, hoje uma realidade de todos os Municípios mineiros? Aqueles que não o têm é por culpa do governo federal. Salto da Divisa - que tenho muito orgulho de representar -, última cidade de Minas Gerais na divisa com a Bahia, não tem asfalto ainda porque, para chegar até lá, é preciso passar por uma BR, e o DNIT não quer transferir essa estrada para o governo do Estado por vaidade. Não quer que o governo estadual faça o asfalto e entregue a via à população. Existe avanço maior que o PSF, presente nos Distritos de Minas Gerais, nas cidades mais carentes dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas?

Elencarei ainda mais uma conquista. O Deputado Rogério Correia, que aqui se encontra, sabe muito bem o que quero dizer. Há cerca de dois domingos, Deputados Fabiano e Arlen Santiago, quando eu estava em minha casa, ao lado de meus familiares, acompanhando o Twitter, algo moderno nos dias de hoje, vi o Deputado Rogério Correia, lá em Fruta de Leite, postando uma foto no Instagram. E isso é possível graças ao Minas Comunica. O glorioso Senador Aécio proporcionou ao Deputado Rogério Correia condições para mostrar a seus eleitores, em pleno domingo, sua atividade parlamentar. Essas conquistas não podem ser negadas pelos que aqui estão.

Criticar, digo sempre, é muito fácil, mas vamos criticar com propostas concretas. Em vez de ocuparem a tribuna para dizer que o Senador fez isso ou deixou de fazer aquilo, que o Senador é o culpado pela dengue, que o Governador é culpado disso ou daquilo, apresentem propostas. Onde está o metrô? A Copa do Mundo está chegando. A Presidente Dilma, mineira, mais uma vez nos preferiu. Em vez de dar o Ministério a um mineiro, já que a maior malha rodoviária federal está em Minas, o que demonstraria amor a este Estado, ela preferiu agradar outro parlamentar, de outro Estado, para vislumbrar, quem sabe, apoio político futuro. Espero que, daqui a alguns anos, as futuras gerações venham a se orgulhar e saibam reconhecer os avanços que Minas alcançou nos últimos anos.

Poderia gastar todo o meu tempo aqui, mas não posso deixar de conceder aparte ao Deputado Arlen Santiago, que, com certeza, como Deputado atuante do Norte de Minas, sabe das conquistas que o Governador Aécio, hoje Senador, e o Governador Anastasia conseguiram, sobretudo, para o povo do Norte de Minas. Ao final, direi o que espero do Senador Aécio.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Caro amigo, Deputado Gustavo Corrêa, que bem conhece nosso querido Senador, o ex-Governador Aécio Neves, V. Exa. faz um grande trabalho parlamentar aqui, usando pouco a tribuna. Hoje até brincamos sobre isso, mas V. Exa. já estava inscrito para usar a tribuna e falar verdades. Porque o que ouvimos sempre é: vamos falar mal, falar mal, falar mal. Falar mal de quem? De quem pode ser Presidente da República? De quem pode acabar com os 20 anos de poder? Quem é essa pessoa? Aécio Neves, que conseguiu fazer 224 estradas asfaltadas, que conseguiu colocar Minas Gerais à frente. Hoje, quando a Polícia Militar vai a uma oficina mecânica, ela pode pagar. Antes do Aécio, isso não era possível. Não tem nem o que conversar, V. Exa. está coberto de razão. São obras, obras e obras. Realmente esse grande mineiro, o nosso querido Aécio Neves, filho do Aécio Cunha, que esteve no Norte de Minas e que faz tanta falta àquela região, transformou Minas Gerais e deu exemplo para o Brasil inteiro. Sem sombra de dúvida, como Senador ele já está ajudando a transformar o Brasil, dizendo o que precisa ser feito em termos de redistribuição financeira para os Estados e Municípios. Cada dia mais, os Municípios estão acachapados pelo peso do governo federal, que só destina 3,5% do Orçamento para a área da saúde, pagando apenas R\$6,35 por uma consulta.

Temos o Pro-Hosp, o Urgência e Emergência, que são programas de combate.

Parabéns, meu caro amigo Gustavo Corrêa. Continue nessa brilhante trajetória, seguindo os passos do nosso querido amigo, Aécio Neves.

O Deputado Gustavo Corrêa* - Já concluirei, Presidente Hely Tarquínio.

Obrigado, Deputado Arlen. Quero parabenizar V. Exa. pela lembrança. Há o ditado popular: "Filho de peixe, peixinho é". V. Exa. se lembrou muito bem do saudoso Aécio Cunha, que também foi colega e companheiro do meu pai. Ele é excepcional parlamentar e, com certeza, ajudou muito Minas Gerais. Consequentemente, o pai do nosso Senador Aécio Neves também.

Queria apenas agradecer a atenção das senhoras e dos senhores. Temos a certeza de que, como bem eu disse, daqui há alguns anos as futuras gerações reconhecerão os avanços que Minas teve nesses últimos anos. Tenho a certeza também, Deputado Rômulo, de que, em 2015, todos nós acompanharemos e aplaudiremos, em 1º lugar, aqui em Belo Horizonte ou em Brasília, a subida do Senador Aécio Neves na rampa do Palácio do Planalto.

Um grande abraço e uma boa tarde a todos.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara - Nossos cumprimentos ao Presidente desta reunião, Deputado Hely Tarquínio, às Deputadas e aos Deputados desta Casa, à nossa amiga, Deputada Luzia Ferreira, da bancada feminina, e aos nobres e ilustres Deputados desta Casa.

O Deputado Fred nos precedeu. Ainda bem que na democracia é assim. Ouvimos os dois lados, Deputado. É importante haver essa discussão democrática, pois viemos até aqui não porque ele fez essas considerações, antecipando a campanha eleitoral de 2014, mas porque já tínhamos nos inscrito para falar que, com muito orgulho, felizmente, temos neste país uma mulher, a nossa Presidenta Dilma. Ela tem nos honrado como mulher mineira e tem feito um trabalho comprometido com o nosso povo, sobretudo com a educação. Por isso, gostaria de mencionar alguns feitos deste mesmo governo federal em relação à educação do nosso país. Temos um Brasil que, apesar dos desafios, tem se preocupado e trabalhado para que suas crianças, adolescentes e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade.

Nesta semana, a Presidenta Dilma, o governo federal abriu crédito extraordinário de R\$1.680.000.000,00 para o Ministério da Educação, conforme a Lei nº 12.791, publicada na edição de 1º de abril do "Diário Oficial da União". Os recursos irão para o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies.

Estive, recentemente, na PUC, em Betim, conversando com o Reitor e com os professores, exatamente para refletirmos sobre o Fies. Como ele foi ampliado! Os juros são de apenas 3.4 ao ano, e os estudantes começam a pagar depois de um ano de formados. Não há mais limite de renda. Todos aqueles cidadãos do País que quiserem estudar, de família simples, popular ou rica, poderão usar recurso público - um direito, sobretudo, dos nossos jovens, Deputado.

Há seis meses aproximadamente, estava vendo a pesquisa: no Brasil tínhamos apenas 11% de pessoas com curso superior. Isso é muito pouco. Temos de avançar muito, muito mesmo. Não podemos aceitar essa situação. Há alguns anos, também não tínhamos investimentos em cursos técnicos. Lembro-me de que, em 1998, quando cheguei pela primeira vez nesta Casa, eu recebia filas de jovens querendo bolsas de estudo. Houve um tempo em que a Assembleia fornecia bolsas de estudo, mas, naquela época, esse benefício já havia sido extinto. Por quê? Porque não havia cursos técnicos profissionalizantes e os jovens não dispunham de recursos para pagar cursos superiores. Além disso, o número de vagas em universidades federais era mínimo. Hoje estamos revertendo esse quadro. Estamos numa curva ascendente, mas ainda longe do que desejamos. Espero que todos os jovens que queiram fazer curso superior ou técnico tenham esse direito.

Quando há investimento no Fies, ficamos alegres, porque isso trará desenvolvimento sustentável, econômico e social para o nosso Brasil.

Recentemente, vimos o grande problema da violência, no trânsito, na falta de segurança que predomina em todo o Brasil, e Minas Gerais não está de fora desse quadro. Em Minas o índice de violência é muito alto. Basta haver um feriado prolongado, e todos ficamos com medo, vigiando o índice de mortalidade. Temos de mudar essa situação e, para transformá-la e combater essa violência na sociedade, nas escolas, temos de investir também em educação. De fato, as denúncias são muitas. Por mês, o Disque-Denúncia do Sindicato dos Professores de Escolas Particulares tem recebido cerca de 10 denúncias de violência dentro de escolas particulares ou públicas. Esse índice é altíssimo, e pensamos que nossos filhos e netos estão protegidos nas escolas. Temos de mudar isso.

Ontem, conversava com uma jornalista da Rádio Itatiaia e refletíamos sobre essa questão. Tivemos oportunidade de dizer que, para mudar essa situação, precisamos ter escolas em tempo integral e de qualidade desde a educação infantil e precisamos dar apoio às famílias, pois muitas estão vulnerabilizadas, com mães dependentes químicas do “crack”. Então, trata-se de um esforço concentrado não apenas de um partido, mas de toda a sociedade. Temos de unir esforços.

No caso, estamos falando da nossa Presidenta Dilma, e ela tem o objetivo claro e a convicção de que, se investir na educação, dará saltos maiores em relação ao desenvolvimento do País. Por isso, permanentemente temos salientado nesta Casa as suas ações em prol da valorização da educação, como os 100% dos “royalties” futuros do petróleo do pré-sal para a educação, e muitos Prefeitos não querem isso. Muitos falaram que querem dividi-los com a saúde. A saúde é muito importante. Temos de investir em saúde, mas que sejam outros recursos. Não podemos ter medo de investir em educação. O resultado se dará a médio prazo. E o discurso de prioridade da educação é fácil, mas a prática é difícil. Ter coragem de investir na educação, às vezes, é muito difícil. Portanto, temos de ser persistentes.

O Deputado Tadeu Martins Leite (em aparte) - Deputada Maria Tereza Lara, quero aproveitar o pronunciamento de V. Exa. para parabenizar a nossa Presidenta Dilma Rousseff pelos avanços na educação. Mas, no momento, parabenizo-a por uma situação específica que aconteceu ontem.

Todos sabemos das dificuldades por que passam as regiões do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Nordeste do Brasil, no que tange à seca. Aqui, na nossa região do Norte de Minas, estamos convivendo com a pior seca dos últimos 50 anos. Isso é inquestionável. Portanto, venho parabenizar, de fato, a nossa Presidenta Dilma porque ontem, em uma reunião do Conselho Deliberativo da Sudene em Fortaleza, ela anunciou a liberação de recursos de mais de R\$9.000.000.000,00 para o combate e a prevenção da seca na região da Sudene. Nessa região, 168 Municípios são mineiros. E, graças a Deus, nessa parte dos Municípios mineiros, o governo federal disponibilizará pouco mais de R\$258.000.000,00 para superação e prevenção da seca.

Isso nos traz uma pequena tranquilidade. Por que falo pequena? Porque não adianta só liberar o recurso. O governo do Estado, o governo federal e todas as entidades que possam ajudar têm de trabalhar cada vez mais no combate à seca. Costumo dizer que essa é uma bandeira a que todos temos de aderir. Independentemente de questões partidárias, a questão da seca é de humanidade. Quando falta água na casa da pessoa, quando ela não a tem para beber, o problema é muito grave. E hoje em dia não estamos mais discutindo a questão da produção: atualmente a circunstância está tão grave que já estamos discutindo a falta d'água para consumo humano. Portanto, precisamos, sim, desse recurso.

Parabenizo a nossa Presidente Dilma Rousseff por estes mais de R\$9.000.000.000,00 destinados ao combate e à prevenção à seca. Espero que, com mais esse recurso, o governo do Estado, por meio da Sedvan, tenha a competência necessária para ajudar na prevenção e combate à seca na nossa região. Vários recursos foram para lá, mas, infelizmente, ainda estão parados em razão de mau gerenciamento. Parabéns, Presidente Dilma! Vamos esperar que a Sedvan faça de fato um trabalho competente para ajudar o povo sofrido da nossa região do Norte de Minas e do Jequitinhonha.

A Deputada Maria Tereza Lara - Deputado Tadeu, mencionei o que V. Exa. falou muito bem. Serão beneficiados 168 Municípios mineiros das regiões Norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, com recursos de R\$258.000.000,00. V. Exa., assim como os Deputados Paulo Guedes, Carlos Pimenta e outros, acompanham de perto essa situação. É importante que haja integração das três esferas de Poder e das entidades, para que esse benefício chegue à população o mais rápido possível. O governo federal tem esse compromisso.

Continuando a falar sobre a educação, ressalto que as crianças, as mães que precisam de creche para deixar seus filhos são outra preocupação da Presidenta Dilma. No dia 1º de abril, ela disse que o governo federal deverá entregar 8.685 creches até 2014, superando a meta de 6 mil unidades. O Ministério da Educação deve fazer licitação para escolher um projeto padrão de creche pré-moldada, oferecendo qualidade no atendimento, que seja 20% mais barato. Essa creche pré-moldada tem conforto térmico para que as crianças não passem calor nos meses mais quentes nem frio durante o inverno. As salas de aula precisam ter boa acústica. Desde o início do seu governo, foram entregues 612 creches em todo o País, 2.568 estão em obras e 2.217 foram contratadas. Isso demonstra a



sensibilidade da mulher, que sabe que, de modo geral, as mães é que cuidam das crianças e precisam da educação infantil. A maioria das mulheres hoje trabalha fora.

O governo está selecionando projetos municipais para financiar a construção de mais 3.288 creches até 2014. Atenção, Prefeituras, atenção Prefeitos de todas as cidades de Minas Gerais: a seleção para garantir creches termina no dia 31 de maio. Escolham um terreno e apresentem projetos para creches. Se aprovados, o governo repassará o dinheiro para a construção das creches. A participação dos Prefeitos, o envio de todos os dados ao Ministério da Educação é muito importante. O governo financiará a construção das creches e pagará a manutenção das unidades até a chegada dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb. No caso de crianças do programa Bolsa Família, ele contribuirá com 50% a mais para a manutenção dessas escolas. Vemos a importância de se investir na educação infantil até a universidade. O Pronatec também é fundamental. Hoje, o instituto federal está disponibilizando recursos a todos os Municípios interessados e que têm espaço para implantar os cursos. Os professores são pagos pelo governo federal.

No seu discurso, mais uma vez, a Presidenta voltou a defender a educação e a importância dos “royalties” do petróleo serem investidos nesse setor que gera vida, que não faz somente o País crescer, mas se desenvolver. Diz a Presidenta: “As oportunidades têm de ser iguais. O nosso desafio é garantir cada vez mais oportunidades iguais para todos, sem exceção. E a palavra síntese de oportunidade é educação”. Durante o discurso, ela voltou a reforçar a importância do uso dos “royalties” do pré-sal para a educação.

Então, estamos vendo essa questão. Lembrando um pouco sobre a educação, estamos aqui com o Deputado Fabiano Tolentino, que é de Divinópolis, e também já conversamos com o Deputado Duarte Bechir, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, porque, a pedido do Vereador Edmilson, de Divinópolis, estamos discutindo uma audiência pública sobre o “bullying” na escola.

Portanto, temos de unir forças para que, de fato, a educação seja universalizada para todos. Mas que seja uma educação de qualidade, pois só dessa maneira teremos um Brasil cada vez mais respeitado e o povo com a sua cidadania garantida. Que nós, como parlamentares desta Casa, tenhamos, então, cumprido o nosso dever de fazer valer as políticas públicas, os direitos sociais, sobretudo no que diz respeito à educação, à saúde e à segurança. Agora estamos falando principalmente de educação, que tem sido um compromisso nosso. Por isso, mais uma vez, afirmo isso e, publicamente, parabeno a nossa Presidenta Dilma, que tem priorizado investimentos nessa área.

Creio, Deputadas e Deputados, que somente a médio prazo, certamente, veremos na prática o resultado do investimento na educação neste país, em todas as nossas cidades e Estados.

A Deputada Luzia Ferreira* - Gostaria de cumprimentar o nobre Deputado Hely Tarquínio, Presidente em exercício desta sessão; todos os meus companheiros; a Deputada Maria Tereza Lara, que me antecedeu falando aqui da educação, assunto que também nos sensibiliza e parte importante da nossa ação parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para falar um pouco sobre a conferência política nacional, que o meu partido, o PPS, estará realizando nos dias 11, 12 e 13 de abril, portanto na próxima semana, em Brasília.

Estamos vivendo em 2013 o ano que antecede as eleições gerais no País, que são de suma importância para discutir os rumos do Brasil e dos nossos Estados. Essas eleições são para discutir o País de forma mais abrangente, os rumos que vamos construir, os caminhos do desenvolvimento, as políticas públicas mais elegantes, a destinação dos recursos públicos, a priorização que vai ser feita em função desse debate. Portanto este ano de 2013 é um período de preparação dos partidos para enfrentarem esses desafios, apresentarem um projeto e dialogarem com a população deste imenso Brasil, que é mais que um país, é um continente.

O PPS tem a tradição de fazer da ação política uma ação programática, uma ação que procura enfrentar e modificar essa triste realidade que ainda vivemos em nosso país. Consideramos que a política tem de ter isso como compromisso básico, uma ação transformadora que coloque o sujeito, o indivíduo, a pessoa ou o cidadão no centro dessa ação do Estado, no sentido de dar mais dignidade, diminuir as diferenças, ampliar os direitos e construir um país também com mais democracia. O PPS tem essa tradição de fazer da ação política uma ação fundada também em projetos, em propostas. Não somos um ajuntamento de pessoas, mas um partido que tem essa pretensão de querer contribuir com o Brasil para que ele se torne melhor para todos.

Gostaria de convidar a todos para essa conferência nacional política, que será realizada no Congresso Nacional, no Auditório Nereu Ramos. Ela terá início no dia 11, às 14h30min, e será encerrada no sábado, às 13 horas.

O mais interessante, Deputado Bonifácio Mourão, é que também estamos com a pretensão, nessa conferência, de reunir partidos, lideranças, personalidades e integrantes da chamada esquerda democrática, do bloco de Oposição e também de outros partidos que têm atuação nacional, como o PDT e o PSB. Portanto, será um debate de alto nível, não partidário. Não será para definir um programa do PPS, mas para discutir os grandes desafios do nosso Brasil.

Discutiremos temas como os desafios do Brasil, desenvolvimento, sustentabilidade e equidade, a governança democrática e a gestão municipal - nessa mesa há até um convidado de Barcelona, da Espanha, país que tem forte acúmulo de experiência na gestão municipal e no planejamento urbano -, a questão da sustentabilidade e o desenvolvimento urbano, a democratização do mercado e cidadania, o mundo do trabalho, cooperativa, microempresa, economia criativa, o indivíduo produtivo e a reforma sindical e trabalhista. Há também uma mesa que terá como tema a sociedade do conhecimento, reforma da educação, ciência, tecnologia e pesquisa. Discutiremos também a democratização do Estado e o controle social, como as reformas política e tributária, o novo pacto federativo e a desigualdade regional - até assuntos em que esta Casa vem desempenhando um papel importante -, os desafios da esquerda democrática, os velhos modelos e os novos pensamentos que nos movem, que movem aqueles que querem fazer da política uma ação transformadora.

Como disse, a organização desse seminário inclui lideranças políticas institucionalizadas de Minas, como o Senador Aécio Neves, que também está sendo convidado para apresentar suas perspectivas como candidato à Presidência da República para o conjunto dos nossos filiados, simpatizantes e amigos. Também está convidado o Eduardo Campos, Governador de Pernambuco e Presidente do PSB, para falar do seu projeto; a Marina Silva, que também falará do seu projeto, do projeto da Rede, seu partido, e da sua perspectiva



de disputar novamente a Presidência da República; e o Fernando Gabeira, que também aqui representará o Partido Verde. Encontram-se entre os debatedores pessoas como Fernando Henrique Cardoso; José Serra; Luciano Rezende, Prefeito de Vitória; pessoas da academia, como César Benjamin, José Pastore, Waldir Quadros, da Unicamp e Cristovam Buarque, grande especialista em educação. A Luiza Erundina, grande batalhadora por uma reforma política democrática, estará na mesa que discutirá a reforma política. Estarão presentes também o Sérgio Buarque, Milton Lahuerta, Alex Fiuza, Luiz Werneck Vianna, Caetano Araújo, Marco Antonio Villa. São cientistas políticos que pensam este país a partir da academia e das lideranças políticas, num arco amplo de diferentes partidos - viu, Deputado Bonifácio Mourão? - para nos ajudar na construção de um novo projeto que seja mais focado nos desenvolvimentos econômico e humano e numa profunda democratização do Estado brasileiro, respeitando a pluralidade da sociedade e a utilização racional da máquina pública - que seja a favor sempre do povo brasileiro.

Vou conceder um aparte aos nobres Deputados, mas já fica aqui um convite. É um evento que está sendo organizado pelo PPS e pela Fundação Astrojildo Pereira, mas é um debate aberto a todos os interessados e muito além, inclusive, das fronteiras do nosso partido. Os temas interessam à construção de um Brasil, como disse, com mais possibilidades para todos. Há temas importantes da nossa agenda - inclusive aqui como parlamentar -, mas também de todos os partidos que querem apresentar um novo projeto para o Brasil no próximo ano.

Então, esse seminário antecede o ano da disputa eleitoral, para dar tempo, inclusive, de o resultado servir como um componente importante nas articulações políticas que estamos fazendo para construir, consolidar um bloco democrático de oposição nas eleições do próximo ano.

Concedo aparte ao Deputado Bonifácio Mourão e, em seguida, ao Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputada Luzia Ferreira, V. Exa. está convidando para um seminário extremamente importante, com a participação de pessoas de relevante projeção na política nacional que, por si só, já definem que esse seminário será um sucesso muito grande. Parabéns por sua iniciativa.

Estávamos inscritos para falar logo após V. Exa., no entanto nosso tempo talvez não seja suficiente, por isso estamos aproveitando o aparte que V. Exa. nos concede para, por meio deste microfone, responder especificamente ao Deputado Rogério Correia, que hoje pela manhã, quando votávamos os projetos de interesse do Tribunal de Justiça e da Procuradoria-Geral de Justiça, fez apartes que não tinham nada a ver com as matérias em votação.

Foi logo, como é seu hábito, tecendo críticas ao Senador Aécio Neves - aliás, ele não consegue chegar a este Plenário e ocupar a tribuna sem se lembrar do Senador Aécio Neves. Nem sabemos qual é a razão verdadeira, mas, ao que me parece, a razão maior é tentar impedir que o verdadeiro mineiro, aquele que tem obras falando em seu nome em todos os cantos de Minas Gerais, esse mineiro que se chama Aécio Neves, chegue à Presidência da República; que Minas Gerais volte verdadeiramente à Presidência na pessoa de Aécio Neves. No entanto, o Deputado Rogério Correia acrescenta que ninguém ocupa aqui esta tribuna para defender o Governador Antônio Augusto Anastasia. Que a tropa de choque da base do governo se preocupa somente em defender Aécio Neves. É claro que, na condição de Líder de Governo, vejo-me obrigado a responder por meio deste microfone, caso contrário, estaria cometendo uma omissão pecaminosa e injusta, pois o governo Anastasia é um dos melhores governos da história de Minas Gerais, como foi o governo Aécio Neves com a participação de Augusto Anastasia.

Há pouco tempo, cerca de 10 dias, lemos aqui um relatório de prestação de contas do governo Antonio Augusto Anastasia. Foram tantas obras que o tempo foi insuficiente para falar tudo, mas voltaremos a esta tribuna. O que queremos é colocar esse relatório à disposição do Deputado Rogério Correia e de todos os outros que chegam aqui e falam sem nenhum fundamento que o governo não está fazendo nada, que o governo não está ocupando o seu espaço e que não ocupamos aqui a tribuna para defender o Governador Antônio Augusto Anastasia.

O Deputado Rogério Correia talvez esteja preocupado porque os Deputados da base não estão aqui o tempo todo falando sobre o governo Anastasia. Por que isso? É porque eles - o Deputado Rogério Correia e outros poucos - ocupam a tribuna o tempo todo falando de Aécio Neves como se ele fosse o Governador, ou, então, porque não têm nada para falar contra o Governador Anastasia. Ora, se não falam nada contra o Governador Anastasia, não ficaremos aqui o tempo inteiro elogiando o nosso Governador, pois o povo de Minas Gerais conhece o Governador que temos, conhece as suas obras, assim como conhece todas as obras realizadas pelo governo Aécio Neves-Anastasia.

As obras falam em seu nome, e não é justo que, aereamente, falem que o governo não está fazendo nada. Se fosse assim, a empresa Standard & Poors, que mede a situação financeira de cada Estado e de cada país, não daria nota máxima para Minas Gerais. Essa é a mesma empresa que abaixou a nota da Espanha, da Itália, da Grécia e de outros países; é uma empresa internacionalmente respeitada, que deu nota máxima para Minas Gerais. Por que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb -, que mede o aproveitamento de cada Estado, criado pelo Ministério da Educação, dá a Minas Gerais a maior nota entre os Estados brasileiros? Por que o aluno mineiro já está lendo e escrevendo aos 8 anos de idade? Porque começou a estudar aos 6 anos de idade, agora vemos os resultados, e Minas Gerais é pioneira nessa situação. Por que Minas Gerais está sempre em primeiro lugar nas olimpíadas de Matemática? Porque a educação está sendo cuidada com esmero neste Estado. Por que temos, na área da saúde, tantos novos postos, programas de saúde da família, hospitais regionais e hospitais para urgência e emergência? Isso, além de tantos outros feitos na área da saúde, como registrado na prestação de contas que está à disposição dos Deputados de modo geral. Por que os programas Processo e Caminhos de Minas abrem novas estradas e encurtam as distâncias entre os Municípios mineiros? É por causa do trabalho de Aécio Neves, que tem sequência agora no governo Antonio Augusto Anastasia. Por que, na área da segurança pública, o índice de criminalidade baixou em 20% nos últimos anos, no governo Aécio Neves e Anastasia? É certo que nessa área, principalmente, ainda temos uma longa estrada a percorrer, mas nesta oportunidade, Deputada Luzia Ferreira, estou fazendo justiça e citando exemplos.

Além disso, estou colocando à disposição de todos este verdadeiro caderno, Deputado Duarte Bechir, de prestação de contas do governo Anastasia. Não é justa ou responsável a atitude de dizer que o governo não faz nada, de usar de ironia contra o Senador Aécio Neves e criticar o governo Anastasia sem qualquer motivo e sem apontar fatos. Temos responsabilidade pelo nosso mandato e, por



isso, estou aqui, como Líder do Governo, para dizer que tenho muita honra de ser Líder do Governo Antonio Augusto Anastasia, um homem honrado e dinâmico, um dos maiores, se não o maior, executivos deste país.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputada Luzia Ferreira, quero parabenizar o PPS, que nos traz, como V. Exa. nos confirma, uma proposta de debate. V. Exa. foi clara ao dizer que, entre as propostas, vamos discutir o pacto federativo, a reforma tributária e a reforma eleitoral. Como V. Exa. reiterou, esses debates vão acontecer em Brasília, promovidos pelo PPS, que aliás leva para eles figuras de expressão nacional: Governadores, ex-Presidentes, Senadores, ex-Prefeitos. Com isso, podemos afirmar que o PPS tem projeto de governo, diferentemente de partidos que têm projeto de poder. O projeto de governo é diferente do projeto de poder. Quem quer chegar ao governo para promover reformas necessárias tem de se apresentar dessa forma, e V. Exa. nos brinda nesta tarde dando-nos conhecimento das propostas do PPS.

Por que digo isso, Deputada Luzia Ferreira? Ontem afirmei aqui, nas nossas palavras, e fui mal interpretado pelo Deputado Paulo Guedes, Líder do PT nesta Casa, e reafirmo a V. Exa. que o que sustenta o Brasil hoje é o Plano Real. O que dá hoje sustentação a todas as políticas do governo federal é o Plano Real, que o partido da Presidenta finge não conhecer, quer apagar da história, quer excluir os seus benfeitores, os seus criadores, para que possa reinar absoluto no poder. Deputada Luzia Ferreira, o Plano Real não sobreviverá a tantas maldades. Ele não consegue sobreviver se não lhe for dada uma energia, uma revitalização de responsabilidade.

Veja bem V. Exa. que os Municípios estão fadados ao sufoco, ao não cumprimento de pagamento de folha, enquanto o Plano Real sozinho dá ao governo federal uma condição de governabilidade única, e os Municípios naufragados nas dívidas e nas pequenas arrecadações. O governo federal se impõe, com uma lei, obrigando os Municípios a gastarem 15% daquilo que arrecadam com saúde; impõe aos Estados gastarem 12% com saúde; e vira as costas à população gastando apenas 3,5% da bagatela que é arrecadada pelo poder central.

Quando o PPS propõe um debate da grandeza do que V. Exa. nos traz a esta Casa, mostra que ele quer chegar ao governo para ter um projeto de governo, e não de poder. Isso, Deputada Luzia Ferreira, nos remete a um acontecimento recente, em que o Estado de Minas Gerais foi premiado com mais um Ministério, ganhou o Ministério da Agricultura. Ao terminar minhas palavras, vou deixar que V. Exa., o povo de Minas Gerais e todos que nos veem possam responder à minha indagação: Minas Gerais foi contemplada com o Ministério da Agricultura para que a Presidenta possa consolidar um projeto de poder ou um projeto de governo, pela relevância do Estado de Minas Gerais para com o nosso Brasil? Qual dos dois, projeto de poder ou projeto de governo? Não tenho dúvida, e o povo mineiro também não tem dúvida. No apagar das luzes querer fazer gracinha dando a Minas Gerais mais um Ministério, quando virou as costas para todos nós durante todo esse período, não vai apagar essa situação. Muito obrigado, Deputada.

A Deputada Luzia Ferreira* - Obrigada a V. Exa. Encerro por aqui, em virtude do esgotamento do meu tempo. Muito obrigada, Sr. Presidente.

* - Sem revisão da oradora.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/4/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando, a partir de 8/4/2013, Benedito Borges Ribeiro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Terciene Késia Barreto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

TERMO DE ADITAMENTO – ADT 41/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Localiza Rent a Car S.A. Objeto: locação de veículos, com motor a partir de 1.6, pelo sistema de diárias, sem motoristas, com quilometragem livre, incluindo seguro total por conta da contratada. Objeto do aditamento: ampliação do objeto em 25%. Vigência: a partir da data de assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.